

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

PAULO HENRIQUE DA SILVA COELHO

**A CAPRINOCULTURA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO
ITAPECURU-MA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO**

Campina Grande - PB
2007

PAULO HENRIQUE DA SILVA COELHO

**A CAPRINOCULTURA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO
ITAPECURU-MA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Federal de Campina Grande, para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável, sobre orientação do Prof. Pablo Sideresk.

Campina Grande - PB
2007



C672c

Coelho, Paulo Henrique da Silva.

A caprinocultura no Território rural do Vale do Itapecuru - MA: uma estratégia de desenvolvimento. / Paulo Henrique da Silva Coelho. - 2007.

83 f.

Orientador: Professor Dr. Pablo Renato Sidersky.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Território rural Vale do Itapecuru - MA. 4. Caprinocultura. 5. Sociologia rural. 6. Agricultura familiar. 7. Ovinocaprinocultura - Território Vale do Itapecuru - MA. I. Título. II. Sidersky, Pablo Renato.

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

PAULO HENRIQUE DA SILVA COELHO

**A CAPRINOCULTURA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO
ITAPECURU-MA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO**

Aprovada em ___/___/2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Pablo Sideresk (Orientador)

1º Examinador

2º Examinador

*Deus conceda-me serenidade para aceitar as
coisas que não posso modificar.
Coragem, para modificar aquelas que eu posso
e sabedoria para reconhecer a diferença.*

São Francisco de Assis

LISTA DE SIGLAS

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

SRA – Secretaria do Reordenamento Agrário

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

CIAT – Comissão de Implantação das Ações Territoriais

SAF– Secretaria de Agricultura Familiar

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

SDR – Sem Raça Defenida

APRISCO – Apoio a Programas Regionais Integrados e Sustentáveis da Cadeia da Ovinocaprinocultura

PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

SIE - Serviço de Inspeção Estadual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A REGIÃO	10
2.1	O Território.....	10
3	A PESQUISA	13
3.1	O problema.....	13
3.2	Metodologia.....	13
4	MARCO CONCEITUAL	15
4.1	A Cadeia produtiva de caprinocultura no Brasil.....	15
4.2	Cenário da Ovinocaprinocultura no Território Vale do Itapecuru.....	20
5	ANALISE DA CADAIEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA NO TERRITÓRIO DO VALE DO ITAPECURU	24
6	O TERRITORIO DO VALE DO ITAPECURU	28
6.1	A cadeia produtiva atual/informal e a cadeia planejada.....	28
6.2	A situação do elo da produção da Agricultura Familiar no Território..	37
6.3	O cenário para a ovinocaprinocultura da Agricultura Familiar no Território.....	42
6.4	O impacto do abatedouro para a Agricultura Familiar no Território.....	44
7	Considerações finais	47
	REFERENCIAS.....	49
	APENDICE.....	50
	ANEXOS	74

1 INTRODUÇÃO

A ovinocaprinocultura de corte é uma atividade econômica explorada em todos os continentes, sendo exercida em ecossistemas com os mais diversos climas, solos e vegetação. No entanto, somente em alguns países esta atividade apresenta expressão econômica, sendo na maioria dos casos, desenvolvida de forma empírica e extensiva, com baixos níveis de tecnologia.

Nos últimos dez anos, ocorreram mudanças significativas para a consolidação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no Brasil em que, a atividade despertou maior atenção de governantes, técnicos e produtores, acarretando mudanças significativas em alguns segmentos dessa atividade, podendo-se destacar: intensificação da pesquisa voltada para produção de animais e beneficiamento de seus produtos, crescimento do nível de organização dos produtores, aumento da absorção das novas tecnologias, maior atuação dos agentes financeiros para facilitar o acesso ao crédito e, o mais importante, aumento da demanda por produtos derivados de caprinos e ovinos.

Silva (apud ROSANOVA, 2004), expressou que apesar de os principais atores, seus segmentos e suas relações estarem bem identificados na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura brasileira, torna-se extremamente complexo delimitar essa estrutura, devido às suas especificidades, distribuição espacial da produção e por serem duas espécies animais, muito próximas em alguns pontos de vista e, ao mesmo tempo, tão distantes em outros.

É interessante ressaltar que a cadeia produtiva sofre muito com o nível de intermediação e de assimetria de informação, e o produtor rural é o agente mais prejudicado da cadeia, haja vista que não existem na prática, incentivos para modificações nos padrões de concorrência, formas de governança e de sistemas de comercialização (SILVA, 2002, apud ROSANOVA, 2004),

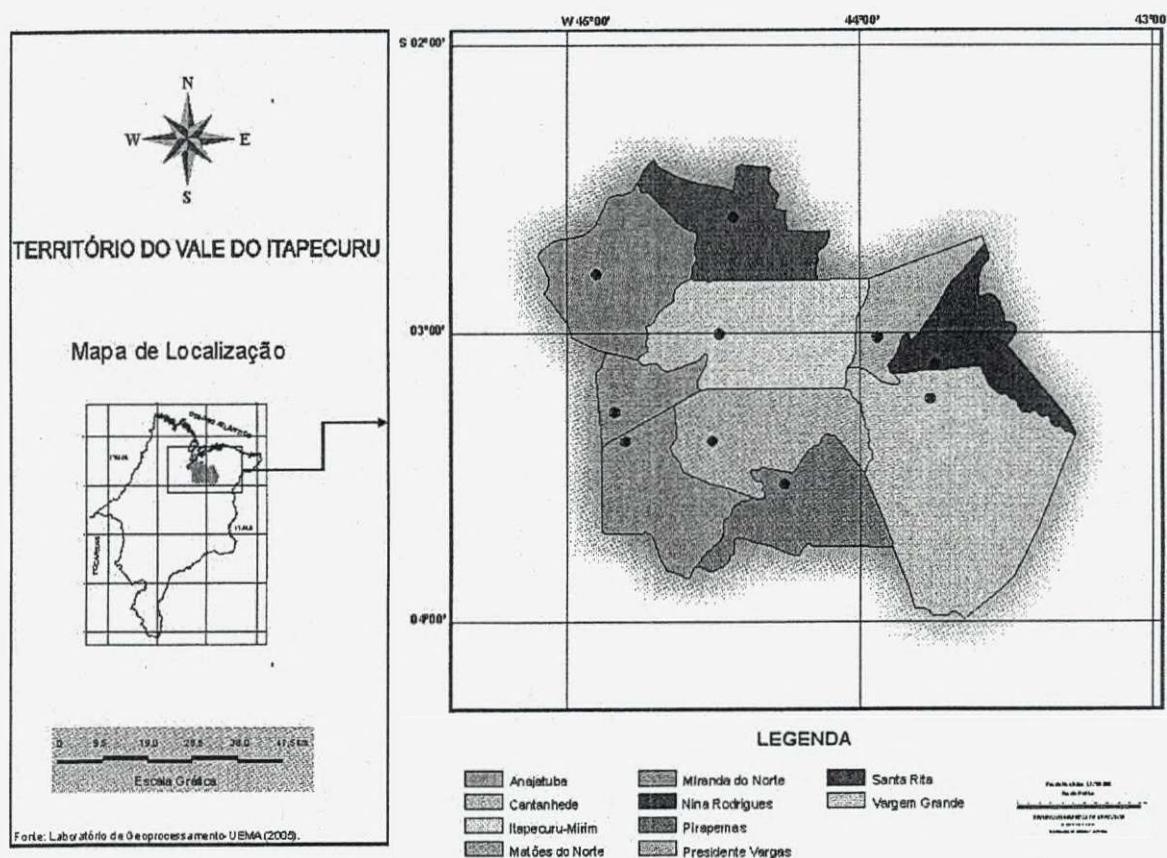
Nesse contexto, o presente trabalho objetivou avaliar a possibilidade da caprinocultura como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento rural do território Vale do Itapecuru – MA.

Nessa perspectiva, a motivação para a realização dessa pesquisa remete a trajetória do pesquisador enquanto articulador do território Vale do Itapecuru posteriormente sua participação no Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável.

2 A REGIÃO

2.1 O Território

O território do Vale do Itapecuru está localizado na Mesorregião Norte Maranhense e nas Microrregiões de Itapecuru e de Rosário, sendo constituído por 10 municípios a saber: Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru-Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita, Vargem Grande. Possui como municípios limítrofes, ao Norte: Bacabeira, Rosário e Presidente Juscelino; ao Sul: São Mateus, Coroatá e Timbiras; ao leste: Chapadinha São Benedito do Rio Preto e Cachoeira Grande; ao Oeste: Arari (Figura 1).



Fonte: IBGE/2004

Figura 1. Mapa de localização do território Vale do Itapecuru.

A população do território em 2004, segundo dados do IBGE era de 209.500 habitantes dos quais 108.426 residem na zona urbana (51,75%) e 101.074

habitantes residem na zona rural (48,25%). A densidade demográfica varia entre 10,04 (a menor identificada em Matões do Norte) e 48,22 (a maior identificada em Miranda do Norte), demonstrada no quadro abaixo.

Quadro 1. População e densidade demográfica do território Vale do Itapeçuru.

Município	População	Área km ²	Densidade (hab/Km ²)
Anajatuba	22.505	1.137,6	20,14
Cantanhede	17.762	798	22,25
Itapeçuru - Mirim	50.994	1.168	43,73
Matões do Norte	7.994	782	10,04
Miranda do Norte	17.070	354	48,22
Nina Rodrigues	8.695	573	15,17
Pirapemas	14.405	689	20,90
Presidente Vargas	10.252	467	21,95
Santa Rita	24.280	786	30,89
Vargem Grande	35.636	1.958	18,20
Total	209.500	8.690	25,15

Fonte: IBGE/2004

A superação da pobreza é o principal desafio da sociedade brasileira e para enfrentá-la, mudanças essenciais devem ocorrer, tendo como marco referencial um novo modelo de desenvolvimento, focado em novas relações entre Estado e Sociedade, concretizado na formulação e implementação das políticas públicas.

A decisão do governo federal em propor uma política nacional pautada nesse novo paradigma é resultante de uma decisão política em atender reivindicações históricas de setores da sociedade brasileira. A criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), como condutora deste padrão de desenvolvimento, cuja estratégia central apóia-se em ações territoriais, materializa esta decisão.

Além da SDT, outras instituições sob a égide do MDA também participam da implantação das ações territoriais como o Incra, a Secretaria do Reordenamento Agrário (SRA) e a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e outros organismos federais. Diversos atores estão também envolvidos no processo como as organizações da sociedade civil, redes de profissionais, governos estaduais e municipais, além da cooperação de organismos internacionais.

O território apresenta uma organização estruturada com um Conselho Territorial, composta por 10 representantes de prefeitura, 10 representantes de

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STTR), 10 representantes de Comunidades Rurais, com representantes dos diferentes movimentos existente no território: Movimento das Quebradeiras de Coco, Escolas Famílias Agrícolas, Movimento Negro, Áreas de Assentamento, Cooperativas, Igreja Católica, Grupos de Jovens, Movimento Cultural , Agentes de Saúde e Colônia de Pescadores.

As Comunidades estão organizadas em Associações de Produtores Rurais, destacando ainda 02 Associações de Caprinocultores, sendo uma em Cantanhede e outra em Presidente Vargas além de uma Cooperativa de Ovinocaprinocultores com cooperados nos dez municípios.

Nesse sentido, pautada na missão de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração das políticas públicas, a SDT inicia em todo o país, um processo de desenvolvimento que leva à definição de um conjunto de ações pautado na territorialidade, no estímulo à parceria, no estímulo à articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, na promoção de capacidades e na participação em todos os níveis. Pauta-se também na combinação das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, sociocultural, ambiental e político institucional.

Para o alcance dos resultados propostos na sua missão, a SDT opta por um processo pedagógico que leva a organização do conjunto das ações em um Plano Territorial em quatro grandes segmentos: Gestão Social dos Territórios; Fortalecimento do Capital Social; Dinamização das Bases Territoriais e Articulação Interinstitucional. Vale ressaltar que todos devem ser complementares e interagirem no processo de apoio ao desenvolvimento territorial.

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), é o elemento central da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável, expressa, portanto, o início e o exercício de uma gestão social, força motriz para a formulação e implementação das ações territoriais. Nesta perspectiva, a constituição da Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT), surge como a fomentadora do processo e a SDT como a articuladora nas esferas de decisão (Anexo A).

3 A PESQUISA

3.1 O problema

Considerando que a base econômica dos municípios que compõem o Território do Vale do Itapecuru está centrada nas atividades agropecuárias, extrativistas, e a Caprinocultura eleita como um eixo aglutinador do território Vale do Itapecuru, poderá ser uma atividade de desenvolvimento possibilitando uma reestruturação da agricultura familiar na direção da auto-sustentabilidade da unidade produtiva do território?

3.2 Metodologia

Estudo descritivo e bibliográfico com a intenção de levantar na literatura a importância do estudo da cadeia da ovinocaprinocultura no Vale do Itapecuru, assim como demonstrar a situação do elo de produção da Agricultura Familiar a partir do cenário que se apresenta para esta cadeia produtiva.

As pesquisas descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, com isso pretendem descrever com exatidão os fatos ou fenômenos de determinada realidade (FIGUEIREDO, 2007, p.92).

Winter e Salles (1999, p. 28) definem pesquisa bibliográfica como aquela que “[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas, publicadas em documentos”. Para esses autores, a pesquisa bibliográfica procura, ainda, buscar conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

O vigente estudo foi realizado entre os meses, de junho a outubro de 2007, período em que foi feito o levantamento bibliográfico em livros, outros estudos já realizado, periódicos e buscas na Internet.

A implementação de desenvolvimento do processo de pesquisa atende a etapas que podem ser resumidas conforme se segue:

- coleta e sistematização de dados primários;

- o levantamento dos dados secundários do território foi realizado em cinco municípios a saber: Presidente Vargas, Matões do Norte, Vargem Grande, Pirapemas e Anajatuba;

- coleta e sistematização de dados secundários com o objetivo de conhecer aspectos mais gerais do território. Recorre-se tanto a dados fornecidos pelo Sebrae, como também dados coletados e sistematizados dos órgãos estaduais. Cabe lembrar que se têm limitações quanto a disponibilidade de dados mais recentes, sendo a grande maioria de dados originados do Censo Demográfico/2004 e Censo Agropecuário de 1995/1996, além de dados do Datasus e do Censo da Educação, na sua grande maioria já sistematizados através da Secretaria de Planejamento do Estado. Mesmo com as limitações citadas, pode-se ter um perfil do Território, que chegou a somar com o Diagnóstico presente no PTDRS, importante referencial e ponto de partida para as discussões no território.

- levantamento dos projetos a serem implementados no território junto a Delegacia do MDA/SDT no Estado, em especial informações referentes aos projetos do PRONAF Infra-estrutura, no período de 2003 e 2006, a situação atual de cada um além dos encaminhamentos dados pelo CIAT no Território. De posse dessas informações conseguiu-se estabelecer uma comunicação mais próxima com os atores locais além de vários componentes da CIAT's.

- também foram acompanhadas as seguintes oficinas: Oficina de Atualização das Ações Estratégicas Municipais, Oficina para Definição das Ações Estratégicas do Território e a Oficina de Apresentação das Ações Estratégicas do Território onde ocorreram intensos debates pelo público presente uma vez que traziam à tona todas as problemáticas relativas aos critérios de definição de projetos, análise de viabilidade, modelo de execução e de gestão dos projetos, o que veio fortalecer o reconhecimento, por parte dos atores locais, da importância da perspectiva territorial do desenvolvimento sustentável e cujos dados foram objeto de fundamentação do presente trabalho.

4 MARCO CONCEITUAL

4.1 A Cadeia produtiva de caprinocultura no Brasil

O agronegócio da ovinocaprinocultura de corte tem apresentado um significativo crescimento no Brasil. Segundo Couto (2001), o mercado da carne de ovinos e caprinos é altamente comprador e a atividade vem crescendo a passos largos, em todas as regiões do país, destacando-se as regiões nordeste, centro-oeste e norte. O consumo de carnes e derivados no país é altamente favorável à ovinocaprinocultura, e encontra-se em pleno processo de expansão, pois as estatísticas oficiais mostram um consumo de 0,700 g habitante/ano, enquanto que o consumo em países do primeiro mundo varia de 20 a 28 kg/pessoa/ano (SILVA SOBRINHO, 1997).

A produção mundial de carne caprina é de aproximadamente 11.540.000 toneladas, contribuindo o Brasil com cerca de 1,28 % da produção mundial, o que representa 147.000 toneladas (FAO, 1994). Já a produção mundial de carne ovina é de aproximadamente 12.800.000 toneladas, contribuindo o Brasil com menos de 1,0 % desse montante, o que representa um total de 88.000 toneladas de carne/ano (FAO, 2000).

O Brasil conta com um rebanho ovino e caprino que, somados, representam 32 milhões de cabeças, equivalente a 3,3 % do efetivo mundial, o qual é superior a 990 milhões de animais (ANUALPEC, 2000).

A atividade acena para a possibilidade de se tornar em pouco tempo, um negócio lucrativo, porém a falta de organização e de integração da cadeia produtiva acaba dificultando a geração e a difusão de tecnologias e a estruturação de canais de comercialização necessários para o bom andamento da atividade. É importante enfatizar que uma cadeia produtiva organizada guarda equilíbrio entre os seus diversos elos e cada um deles cumpre missão específica, mas, todos ganham com o processo.

A desejada profissionalização da atividade, a consolidação de um mercado formal para os produtos da ovinocaprinocultura, com o conseqüente fortalecimento da cadeia produtiva, somente ocorrerá na medida em que alguns modos de governança, de maior eficácia que a *via mercado*, comecem a se estabelecer. De acordo com Medeiros (2003), desta forma desaparece a idéia de unidades

autônomas de produção e estabelece-se a idéia de que existe uma missão a ser cumprida pela cadeia produtiva: colocar carne e pele de ovinos e caprinos no mercado, obedecendo-se padrões de segurança alimentar, de qualidade e de regularidade na oferta do produto. Essa missão não será atingida com ações concentradas especificamente na produção ou na agroindústria, e somente será cumprida se as ações que se desenvolvem nessa cadeia produtiva tiverem um mínimo de coordenação.

A produção ovina e caprina é bastante dispersa, sendo realizada por um grande número de produtores de diferentes tamanhos e produtividade, com forte predomínio de pequenos e médios produtores na produção de caprinos e leve de médios e grandes produtores na criação de ovinos.

Por serem ruminantes de tamanho médio, os ovinos e caprinos se adaptam bem a pequenos criatórios. De acordo com levantamento promovido pelo Banco do Nordeste, (apud COUTO, 2001), os dados mostram que a metade do rebanho nordestino localiza-se em propriedades com menos de 30 há. Nas demais regiões do país, embora não se tenham dados claros como os do Nordeste, a presença de ovinos e caprinos em pequenas propriedades também é o mais freqüente. (Quadro 2).

Quadro 2. Localização do rebanho de caprinos e ovinos do Nordeste, estratificado pelo tamanho da propriedade rural.

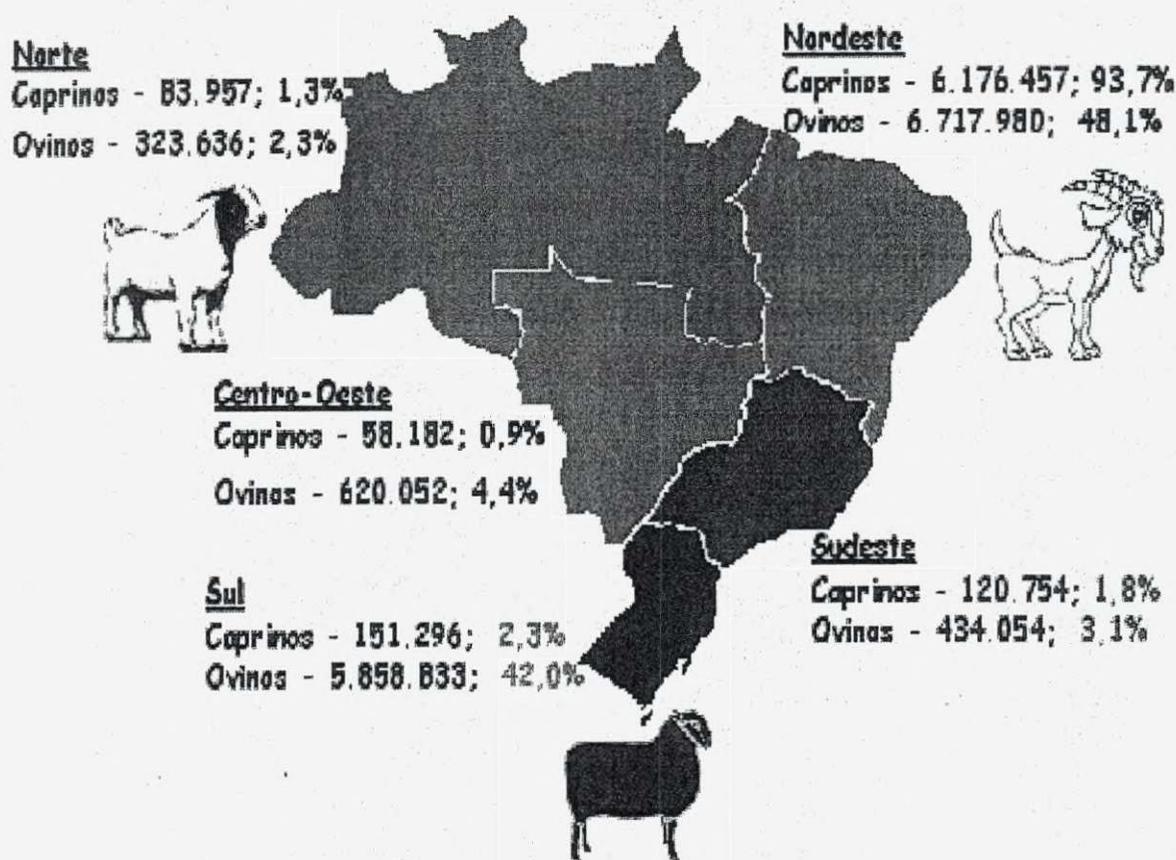
Tamanho da propriedade	Rebanho - %	Nº de cabeças / milhões
Até 30 há.	50 %	8,8
De 31 a 200 há.	28,9 %	5,1
Maiores de 200 há	21,1 %	3,7

Fonte: COUTO, 2001.

Segundo a Embrapa (2002) a região nordeste é a maior produtora, com 50% do rebanho de ovinos e 90% do rebanho caprino, seguida pela região sul com 40% de ovinos e 3% de caprinos, não existindo concorrência acirrada entre as regiões produtoras, em função da elevada demanda do produto.

O Brasil, pelas suas próprias dimensões territoriais, apresenta grande diversidade no que concerne a produção de caprinos e ovinos, sendo este um setor da economia nacional que vem conquistando nas última décadas, uma importância por parte de investidores, governos e produtores. O país conta com um rebanho de aproximadamente 32 milhões de cabeças o que equivale a 3,3 % da produção mundial (ANUALPEC, 2000),

A região Nordeste lidera a produção de caprinos e ovinos de acordo com a figura abaixo:



Fonte: EMBRAPA-CAPRINOS (2002).

Figura 2. Produção de ovinos e caprinos por região.

A Região Nordeste representa uma, das cinco regiões fisiográficas do Brasil, detém aproximadamente 18,2% da superfície do País. Suas dimensões territoriais estão calculadas em 1.561.177,8 km², onde estão situados os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte (IBGE, 1996).

Na produção de ovino/caprinos, o nordeste se destaca conforme os dados apresentado na figura acima, no entanto, o maior índice de aumento do plantel se deu em outras regiões como o centro oeste.

O cenário dos últimos anos aponta uma tendência de elevação na produção, principalmente com a inserção de novas áreas, estados e regiões não consideradas tradicionais na produção de ovinos e caprinos.

Pérez (2003) relata que a produção de carne e pele de ovinos e caprinos no Brasil apresenta um horizonte de crescimento praticamente sem precedentes em outra cultura do agronegócio. O mercado interno é extremamente ávido por seus produtos e derivados, o mercado externo é altamente comprador, tanto de carne quanto de peles. Atender esse mercado emergente exige quantidade e qualidade, requisitos que seguramente serão alcançados com a estruturação da cadeia produtiva.

Para Couto (2001), a tendência do mercado é de aumentar o consumo de carne fresca ou resfriada em substituição à carne congelada. Esta tendência favorece as regiões que tenham maior presença de mercado durante maior número de meses do ano. Na região Sul, em virtude das condições climáticas e das raças existentes há um período concentrado de oferta de produtos entre setembro a fevereiro, já na região nordeste o abate vai de julho a dezembro. No Centro Oeste, Norte e Sudeste, onde predominam as raças deslanadas e a monta pode ser feita durante todo o ano, verifica-se uma predominância de partos nos meses de março a junho e outra entre agosto e novembro, o que permite a oferta de animais para o abate durante quase todo o ano, traduzindo-se em vantagem competitiva para essas regiões.

Embora os atores que militam na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura saibam do rápido aumento do consumo destas carnes, as estatísticas de abate são difíceis de serem reunidas, pois o abate informal impossibilita o dimensionamento do mercado consumidor.

Segundo Neto (2001), o abate informal de ovinos e caprinos no Nordeste atinge índices de 98 %, e em algumas regiões ocorre ainda o abate formal seguido de comercialização informal, dificultando a obtenção de informações precisas.

O total de animais processados no Brasil, por estabelecimentos com inspeção sanitária não representa 8% dos produtos abatidos no país, algo em torno de 6,4 milhões de animais (SILVA, 2002).

Para que a ovinocaprinocultura brasileira se transforme em um negócio viável e economicamente sustentável, gerando excedentes para os diversos atores do complexo, faz-se necessário à implementação de um amplo programa de ações para a superação ou redução dos entraves ao desenvolvimento da atividade. Sendo indispensável a participação e o comprometimento de todos os agentes envolvidos no processo, com vistas ao estabelecimento de diretrizes, cumprimento de metas, articulação e governança entre todos os elos participantes da cadeia produtiva.

Assim, quando se trabalha e se intervém no âmbito de cadeias produtivas devemos considerar que os entraves não se encontram somente a montante, nem tampouco a jusante destes complexos, devemos sim analisar a cadeia produtiva com enfoque sistêmico, onde cada um dos segmentos que o compõe deve se enxergar como um elo deste processo e entender que o seu negócio não existe autonomamente, sendo o consumidor final o regente de todo o processo. Deve-se compreender ainda, que a cadeia produtiva está inserido em dois ambientes principais: o institucional, composto pelas leis, educação e costumes e o organizacional, onde se localizam as estruturas de apoio à produção (FURLANETO e SILVA, 1999).

Silva (2002) retratou que apesar de os principais atores, seus segmentos e suas relações estarem bem identificados na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura brasileira, torna-se extremamente complexo delimitar essa estrutura, devido às suas especificidades, distribuição espacial da produção e por ser duas espécies animais, muito próximas em alguns pontos de vista e, ao mesmo tempo, tão distantes noutros. O referido autor, cita ainda que, a cadeia produtiva sofre muito com o nível de intermediação e de assimetria de informação, e o produtor rural é o agente mais prejudicado da cadeia, haja vista que não existem na prática, incentivos para modificações nos padrões de concorrência, formas de governança e de sistemas de comercialização.

Nesse contexto, o mercado acena com grandes oportunidades, mas somente através de uma atividade organizada o Brasil poderá inserir-se de forma competitiva neste emergente segmento da economia. No caso específico do Maranhão esta não é uma realidade diferente tendo em vista que é urgente que sejam efetivadas medidas para o desenvolvimento desta atividade nos municípios maranhenses.

4.2 Cenário da Ovinocaprinocultura no Território do Vale do Itapecuru

O cultivo de roças de sequeiro com as culturas solteiras, roças de arroz de vazante (às margens dos cursos d'água), são cultivos identificados no Território que, são caracterizados pela baixa produtividade e qualidade dos produtos, repercutindo negativamente na renda do agricultor.

Em alguns municípios como Santa Rita e Cantanhêde foram introduzidos um outro sistema com algumas inovações tecnológicas, como os campos agrícolas e algumas iniciativas como a fruticultura irrigada. Estes foram financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) via os agentes financeiros, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, mas que infelizmente não surtiram os efeitos esperados, decorrente de uma série de fatores dentre os quais destacam-se a ausência de assistência técnica e uma maior capacidade de gestão dos produtores, além da falta de um processo de capacitação efetivo. Atualmente existe um número significativo de agricultores inadimplentes.

Além dos problemas na etapa da produção, no beneficiamento e na comercialização também não é diferente. A falta de assistência técnica, capacitação e investimentos financeiros são os três fatores que dificultam os produtos serem beneficiados com a qualidade e quantidades necessárias, assim como questões relacionadas à organização dos produtores para comercializar, a infra-estrutura e recursos para geração de fundos para a comercialização.

Os outros sistemas produtivos identificados são os cultivos de frutíferas e hortaliças nos quintais sem o manejo minimamente adequado que permita uma produção comercialmente expressiva. São produtos sazonais, destinado na quase totalidade para o consumo familiar. De acordo com a tabela abaixo a produção das principais culturas no Território demonstram baixos índices de produção.

Quadro 3. Distribuição municipal dos principais produtos agrícolas / 2000.

Municípios	Produção Agrícola Municipal				
	Mandioca (ton.)	Arroz (ton.)	Milho (ton.)	Feijão (ton.)	Banana (cachos)
Anajatuba	8695	1659	507	112	235
Cantanhede	4723	1354	463	234	27
Itapecuru Mirim	13172	1937	1496	144	419
Matões do Norte	457	285	566	56	11
Miranda do Norte	708	1512	184	68	100
Nina Rodrigues	3007	3124	128	28	46
Presidente Vargas	5337	2726	151	12	27
Santa Rita	7179	318	155	23	99
Vargem Grande	4707	3088	555	67	154
Pirapemas	2618	3688	169	355	31
Total	50603	19694	4374	1069	1149

Fonte: SIEMA/GEPLAN

O extrativismo é uma atividade do setor primário de grande relevância no Território, destacando-se o de origem vegetal, tendo como principal expoente o coco babaçu. Atividade desenvolvida principalmente por mulheres que coletam o coco, quebrando a amêndoa e vendendo parte para comerciantes locais e parte para produção de óleo, sabonetes e o mesocarpo para a alimentação. Estas atividades demonstram um certo tipo de organização das mulheres, tendo como referência no Território a União dos Clubes de Mães do Itapecuru que está ampliando suas ações para os demais municípios que compõem o Território.

As frutas nativas como o buriti, bacuri, juçara, murici, piqui, cupuaçu, são comuns nos municípios, localizando-se as maiores concentrações nas margens dos cursos d'água e em áreas de chapadas, com maior adensamento de vegetação. Como a exploração destas frutas não tem um padrão de racionalidade, sobretudo na extração e conservação das polpas, há uma subutilização desta importante fonte de geração de renda. O exemplo disso é a existência de uma fábrica em uma comunidade do município de Itapecuru que não funciona na sua plenitude devido a escassez de matéria prima ao longo do ano.

O extrativismo vegetal enfrenta um problema que é o desmatamento da vegetação nativa em função das queimadas e do corte para o roçado, a exemplo dos buritizais e dos juçarais, que são derrubados quando da devastação de matas

ciliares para o cultivo de arroz e também na exploração da madeira para lenha e carvão destinados à indústria e também para o uso doméstico (Quadro 4).

Quadro 4. Produção extrativista.

Municípios	Jaborandi (ton)	Carvão Vegetal (m ³)	Lenha (m ³)	Madeira em Tora (m ³)
Anajatuba	0	1050	26	18
Cantanhede	0	535	12	0
Itapecuru Mirim	0	908	37	9
Matões do Norte	0	544	1	0
Miranda do Norte	0	147	2	0
Nina Rodrigues	36	79	7	6
Pirapemas	0	1918	9	9
Presidente Vargas	35	427	5	16
Santa Rita	0	44	6729	420
Vargem Grande	0	836	11	46
Total	71	6488	6839	524

Fonte: SIEMA/GEPLAN

No extrativismo mineral destaca-se a areia retirada do leito do rio Itapecuru, pedra e argila para a construção civil e artesanato, respectivamente. Porém, a forma de extração gera impactos ambientais sérios, como o assoreamento do leito dos rios. No extrativismo animal a pesca artesanal no rio Itapecuru e afluentes e também nos ecossistemas dos campos de Anajatuba e Santa Rita é uma atividade permanente, geradora de alimentos e renda. Porém, assim como na exploração mineral, o manejo é inadequado, com o desrespeito aos ciclos reprodutivos dos peixes, levando a uma redução drástica da fauna aquática, desequilibrando todo o ecossistema.

Comparativamente ao setor primário, o setor secundário é de menor expressão, tendo como destaque o segmento da agroindústria, representado pelas casas de farinha e mini-usinas de beneficiamento de arroz, com tecnologias elementares com uma ou outra inovação tecnológica. Geralmente são de pequeno porte, não atendendo a demanda produtiva do Território. Identificam-se também serrarias, indústrias artesanais e mecanizadas de cerâmica, principalmente nos

municípios de Itapecuru Mirim e Santa Rita, apresentando um maior grau de tecnologia e de geração de postos de trabalho para a população. Como a maioria destes empreendimentos encontra-se na informalidade, os dados oficiais não expressam a realidade do segmento.

O setor terciário apresenta como principal destaque o comércio, vetor fundamental na economia local. Este é caracterizado por pequenos estabelecimentos que comercializam produtos industrializados de primeira necessidade e produtos agrícolas, principalmente cereais e farinha de mandioca, originários do município e entorno. Este indicador é um dos fatores que de acordo com os dados oficiais confirma a crise nas atividades agropecuárias no Território. Um aspecto que chama atenção é a importância dos aposentados no aquecimento da economia local com o seu poder de compra numa realidade econômica em crise, assim como aqueles agricultores beneficiários de programas e projetos governamentais.

5 ANÁLISE DA CADAIEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA NO TERRITÓRIO DO VALE DO ITAPECURU

A base econômica dos dez municípios que compõem o Território do Vale do Itapecuru está centrada nas atividades agropecuárias, extrativistas, no setor de serviços, sobressaindo-se o comércio e o serviço público municipal e numa menor escala o setor industrial, expresso nas pequenas agroindústrias e nas cerâmicas. Tais atividades caracterizam-se por uma baixa qualidade dos produtos e serviços, altas taxas de desemprego e de escassos postos de trabalho, gerando uma estagnação da economia regional.

Considerando que as atividades do setor primário são as mais relevantes para a economia do Território, o fator Terra é fundamental como meio de produção, o que significa que a situação fundiária é determinante para qualquer investimento produtivo. Analisando os dados de cada município nas mais diversas fontes, estes demonstram que a terra ainda é um fator limitante para um número expressivo de agricultores familiares, segmento do setor produtivo predominante em todo o Território.

Tomando como indicador o número de Imóveis Rurais por Categoria, segundo a Condição do Produtor, nos dez municípios do Território, a média de imóveis registrados, apresentam uma concentração de terras em média de 70% em mãos de grandes e médios proprietários, exceção para o município de Miranda do Norte em que apenas 34,6% das terras registradas são de grandes e médios proprietários (INCRA, 2003).

As iniciativas governamentais, em parte movidas pelas pressões dos movimentos sociais e mais diretamente pelas organizações representativas dos trabalhadores rurais, tem dado algumas respostas na política de redistribuição de terras, com as desapropriações, regularizações e intervenções no mercado de terras, com a implementação do Projeto Cédula da Terra, Projeto Casulo e mais recentemente com o Crédito Fundiário, demonstrados no Quadro 5.

Quadro 5. Síntese das áreas disponibilizadas para os agricultores familiares.

Forma de Aquisição	Nº de Áreas	Nº Famílias Beneficiadas	Área Total (ha)
Desapropriação (INCRA)	31	2.581	81.558,53
Regularização (ITERMA)	07	324	4069,00
Compra			
- Projeto Cédula da Terra	12	237	5.025,53
- Projeto Casulo	05	156	881,81
- Projeto Crédito Fundiário	15	387	8.541
Total	70	3.685	100.075,87

Fonte: INCRA / ITERMA / NEPE (2005)

Apesar de não ter sido identificado nos dados oficiais, o número de famílias de agricultores sem terra, ainda é expressivo, segundo as informações locais e em especial as prestadas pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios. Tal situação torna-se um grande problema para os agricultores com o atrelamento destes aos proprietários de terra na medida em que, para produzir negociam a área, tendo como contrapartida o pagamento do foro, reduzindo significativamente o pouco volume da produção e conseqüentemente da renda. Um outro reflexo é a limitação de qualquer investimento permanente na atividade agropecuária e extrativista, a exemplo do crédito.

A agricultura desenvolvida no Território é de base familiar, predominando as culturas tradicionais de mandioca, arroz, milho e feijão, destinadas ao auto consumo e a venda. O sistema normalmente adotado é a "roça no toco" com a prática do corte e queima das áreas para implantar os roçados, que usam o sistema de rotação de áreas (pousio) e plantam em sequeiro. São cultivos consorciados, usando manivas e grãos sem as medidas fitossanitárias preventivas e/ou curativas, espaçamento inadequados, enfim, sem um padrão tecnológico que garante índices de produção e produtividade satisfatórios.

A pecuária desenvolvida no Território caracteriza-se pela diversidade de criações (bovinos, suínos, aves, caprinos, ovinos, animais de carga e bubalinos), conforme demonstrado no Quadro 6. Apesar desta variedade, a atividade pecuária não tem correspondido em produção e produtividade, e por conseqüência não tem um impacto na economia territorial, se considerar o grande potencial da atividade

ofertado pelos municípios com destaque para a ovinocaprinocultura em fase de expansão em praticamente todos os municípios do Território. Vale destacar também a piscicultura e a apicultura como outras atividades em desenvolvimento no Território.

Quadro 6. Efetivo do rebanho/ 2001.

Municípios	Bovinos	Suínos	Eqüinos/ Asininos/ Muas	Bubalinos	Aves	Ovinos	Caprinos
Anajatuba	31416	36487	2377	912	78885	652	1035
Cantanhede	6232	8811	235	10	4789	266	645
Itapecuru Mirim	17970	17270	145	777	32685	880	815
Matões do Norte	18342	3392	390	06	4767	486	1301
Miranda do Norte	7435	2711	176	47	2400	71	140
Nina Rodrigues	1687	13534	299	00	1566	552	1697
Presidente Vargas	1185	6626	144	00	3798	448	131
Santa Rita	10184	2846	605	1479	9438	358	178
Vargem Grande	10643	47466	1434	30	18614	3252	10241
Pirapemas	10769	36673	681	00	15354	903	6650
Total	116363	351912	7286	3279	172296	7868	22833

Fonte: SIEMA/GEPLAN

O problema central da atividade pecuária é o baixo padrão tecnológico adotado pela maioria dos produtores, cujo manejo alimentar, sanitário e reprodutivo é o mais elementar possível, reduzindo os plantéis, a produtividade pequena, a qualidade da carne, leite, ovos, não torna os produtos e subprodutos competitivos, refletindo na renda do produtor. Esta situação é decorrente do sistema extensivo de criação dos animais, sem os tratamentos sanitários adequados, ficando todos os rebanhos expostos às doenças endo-ectoparasitas. A alimentação não é balanceada, geralmente as pastagens são nativas, sujeitas a sazonalidade, implicando em períodos em que os animais perdem peso. As instalações são precárias e na quase totalidade, os animais não tem raça definida.

Esta situação está relacionada com as políticas municipais voltadas para o setor primário, que no caso da pecuária, o agricultor familiar tradicionalmente não dispõe de recursos humanos (assistência técnica) e financeiros para aplicar na atividade. Um fator preocupante na exploração animal é quanto à subutilização dos outros produtos como o leite e ovos e subprodutos como os embutidos (lingüiça, defumados, salsichas, patês) que sequer são produzidos de acordo com o quadro 7 que confirma a baixa produção de leite e de ovos.

Quadro 7. Produtos de origem animal.

Municípios	Leite (mil litros)	Ovos de Galinha (mil dúzias)
Anajatuba	241	76
Cantanhede	161	10
Itapecuru Mirim	927	78
Matões do Norte	309	07
Miranda do Norte	678	06
Nina Rodrigues	35	03
Pirapemas	169	62
Presidente Vargas	–	09
Santa Rita	286	33
Vargem Grande	–	–
Total	2.806	284

Fonte: SIEMA / GEPLAN

De um modo geral, o Território do Vale do Itapecuru apresenta uma economia baseada nos pequenos e médios negócios de base familiar, informal e carente de infra-estrutura, aportes financeiros e assessoramento nas questões gerenciais e organizativas.

6 O TERRITÓRIO DO VALE DO ITAPECURU

6.1 A cadeia produtiva atual/informal e a cadeia planejada

A região nordeste apresenta, pela sua dimensão, uma grande diversidade edafoclimática, marcada pela presença do semi-árido e de uma economia de base familiar, o que devido a boa adaptação do caprino e do ovino as condições adversas, naturalmente vocacionou a região para o desenvolvimento da atividade.

Assim a proposta de convivência com as condições do semi-árido e de desenvolvimento da agricultura familiar inclui enquanto fator de segurança alimentar e diversidade da produção, a criação de caprinos e ovinos.

O pressuposto ganha notoriedade quando da apresentação dos dados da atividade estratificados pelo tamanho da propriedade no Nordeste, onde 50% de toda produção se concentra em pequenas propriedades em condições de posse, arrendamento e outras, o que caracteriza uma atividade praticada predominantemente por agricultores e agricultoras familiares.

O Território Rural do Vale do Itapecuru constituído oficialmente no ano de 2003, corresponde à união de 10 municípios, já citados anteriormente com população estimada em julho de 2006 de 212.713 habitantes (IBGE 2006).



Figura 3. Geografia territorial e distribuição dos municípios.

Já existe também uma predisposição mais ou menos acentuada nos municípios que compõem o Território Vale do Itapecuru para o desenvolvimento da atividade necessitando apenas de políticas que busque superar os entraves existentes para a categoria, o que de certa forma é conhecido, mas não superado, principalmente pelo fato da pouca representatividade política que os agricultores familiares exercem em detrimento do agronegócio visto aqui como um modelo do posto ao familiar. Os dados abaixo indicam como a ovinocaprinocultura está presente no território:

Quadro 8. Produção de caprinos e ovinos por município do Território Vale do Itapecuru.

Município	Efetivos Ovinos Cabeças	%	Efetivos Caprinos cabeças	%
Vargem Grande	3.799	41,2	11.901	44,0
Pirapemas	1.132	12,3	7.925	29,3
Nina Rodrigues	659	7,1	1.994	7,4
Matões do Norte	614	6,6	1.622	6,0
Anajatuba	761	8,2	1.219	4,5
Itapecuru Mirim	946	10,2	935	3,5
Cantanhede	356	3,8	824	3,1
Santa Rita	310	3,4	260	1,0
Miranda do Norte	98	1,1	190	0,7
Presidente Vargas	531	5,7	163	0,6
Total	9.206		27.013	100

FONTE: IBGE /2005

De acordo com Silva (2002), no estudo do ambiente sistêmico da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, deve-se considerar diversos ambientes, o ambiente institucional, ou seja, as políticas macroeconômicas e regulamentares, o ambiente organizacional de interesse privado ou corporativo que têm como objetivo defender os interesses de seus associados, e há ainda o ambiente tecnológico, que

é o conjunto de conhecimento disponível e acessível aos agentes da cadeia produtiva.

Dessa forma, o que se observa é que o ambiente institucional da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura ainda é centrado no crédito rural, e possui poucas políticas e regulamentos de incentivo à produção e comercialização; tem-se dado destaque especial à atuação do Sebrae, que vem desenvolvendo programas regionais e ações de apoio ao setor por meio de treinamentos, missões técnicas, promoção comercial, adequação tecnológica dentre outras.

Já o ambiente organizacional, basicamente permeia o segmento da produção pecuária, ou seja, conecta as associações de produtores com interesses diferentes, nas esferas nacional, estadual e municipal. As organizações podem ser representantes de um segmento específico, como também permear toda a cadeia produtiva; como exemplos, em esfera nacional tem-se a ARCO e a ABCC responsáveis pelo registro genealógico, a Embrapa com o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, o SENAR com ações de treinamento e qualificação e o Sebrae que vem desenvolvendo um programa de apoio à cadeia produtiva da ovinocaprinocultura denominado Apoio a Programas Regionais Integrados e Sustentáveis da Cadeia da Ovinocaprinocultura (APRISCO).

Quanto ao ambiente tecnológico, no momento, o mais importante é a transferência de tecnologias para os produtores, uma vez que, os índices de produtividade não têm crescido significativamente, e em segunda instância a criação de novos produtos e de tecnologias que privilegiem a qualidade da carne e da pele de ovinos e caprinos.

Medeiros (2002) identificou alguns aspectos com que é comum defrontar-nos na estruturação e funcionamento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura de corte: o primeiro diz respeito ao conhecimento da estrutura atual da demanda e das possíveis tendências de segmentação de mercados, que vem se orientando para um mercado de rendas mais altas devido a grande oportunidade de obter agregação de valor a este produto, e o segundo, visa a circulação desta carne pelos canais de distribuição utilizados pelos demais tipos de carnes, com as mesmas funções de produção das demais carnes, em relação a frequência de entrega, padronização, qualidade, entre outros.

O desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura de corte, organizada e funcional, que supra ou solucione alguns dos problemas acima citados,

demandará trabalho e esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo. A tônica que prevalecerá neste mercado globalizado, e cada vez mais exigente quanto à qualidade dos produtos, será o de desenvolvimento de projetos cooperativos, e a interação entre os órgãos governamentais e a iniciativa privada terá que ser permanente e crescente. Investimentos deverão ser realizados pelas instituições oficiais e pelos empresários do setor, seguindo-se planos de trabalho e de governança que propiciem um retorno alentador no mais breve espaço de tempo possível.

A Caprinocultura no Território é praticada tradicionalmente de forma rudimentar e concentrada mais fortemente na região que corresponde aos municípios de Vargem Grande e Pirapemas.

A quantidade de caprinos e ovinos no território encontra-se distribuído por municípios nas seguintes proporções (Quadro 9).

Quadro 9. Quantitativo de caprinos no território.

Município	Efetivos Ovinos	Efetivos Caprinos
Anajatuba	761 cabeças	1.219 cabeças
Cantanhede	356 cabeças	824 cabeças
Presidente Vargas	531 cabeças	163 cabeças
Santa Rita	310 cabeças	260 cabeças
Vargem Grande	3.799 cabeças	11.901 cabeças
Nina Rodrigues	659 cabeças	1.994 cabeças
Matões do Norte	614 cabeças	1.622 cabeças
Itapecuru Mirim	946 cabeças	935 cabeças
Pirapemas	1.132 cabeças	7.925 cabeças
Miranda do Norte	98 cabeças	190 cabeças
Total	9.206	24.209

Fonte: IBGE 2005

✓ Principais espécies exploradas

A maioria dos animais identificados no território Rural Vale do Itapecuru são animais Sem Raça Definida (SRD) sendo possível identificar mestiços de raças nativas como Moxotó, Canindé e algumas importadas da raça Anglo-Nubiana, Bôer e Santa Inês (Anexo B).

O território possui rebanhos de ovinos e caprinos, em torno de 7.868 cabeças de Ovinos e 22.833 cabeças de Caprinos, correspondente a, respectivamente 3,47% e 5,8% dos rebanhos do Maranhão (IBGE, 2001).

A exploração da Ovinocaprinocultura é de fundamental importância para a região, pois representa uma alternativa de oferta de proteína às populações, principalmente as do meio rural, contribuindo para erradicar a fome e estimulando a geração de emprego e renda das famílias da região.

✓ Quantificando e identificando as áreas exploradas

Foram aplicados 376 questionários em cinco municípios, respondendo as questões como: Situação da Terra.

De forma geral segundo dados oficiais, o território possui uma área de 8.690 km² e uma população de 209.500 habitantes. O fator terra é fundamental como meio de produção, o que significa que a situação fundiária é determinante para qualquer investimento produtivo. Nessa perspectiva, analisando os dados de cada município nas mais diversas fontes, demonstram que a terra ainda é um fator limitante para um número expressivo de agricultores familiares, segmento do setor produtivo predominante em todo o território (IBGE, 2004).

As famílias entrevistadas têm a seguinte formação escolar: analfabeto, alfabetizado, ensino fundamental, ensino médio e graduados, e receberam educação dos sistemas municipais.

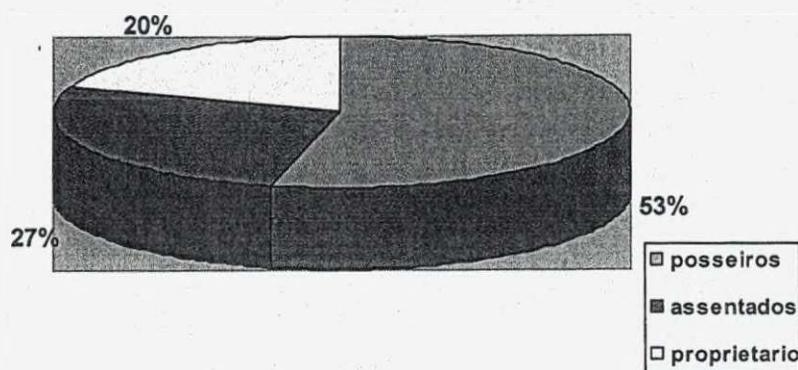


Gráfico 1. Situação fundiária.

Do total de produtores entrevistados e que estão desenvolvendo a atividade da Ovinocaprinocultura 20% são proprietários, 27% estão em áreas de assentamentos e 53% são posseiros morando em áreas de terceiros ou em áreas não regularizadas.

Tomando como indicador o número de Imóveis Rurais por Categoria, segundo a condição do produtor, nos dez municípios do território, a média de Imóveis registrados, apresentam uma concentração de terras em média de 70% em mãos de grandes e médios proprietários, com exceção para o município de Miranda do Norte em que apenas 34,6% das terras registradas são de grandes e médios proprietários (INCRA, 2003).

As iniciativas governamentais, em parte movidas pelas pressões dos movimentos sociais e mais diretamente pelas organizações representativas dos trabalhadores rurais, tem dado algumas respostas na política de redistribuição de terras, com as desapropriações, regularizações e intervenções no mercado de terras, com a implementação do projeto Cédula da Terra, Projeto Casulo e mais recentemente com o Crédito Fundiário demonstrado no quadro 3.

✓ Sistema de Criação

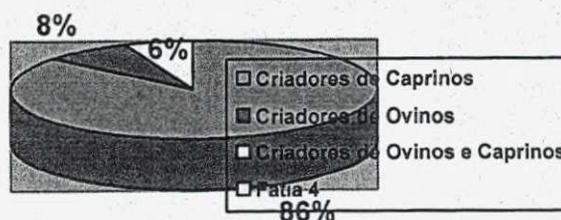


Gráfico 2. Criadores por tipo de animais.

Encontrou-se no território produtores de Caprinos e de Ovinos e o consórcio dos dois basicamente com as mesmas características, pois dos criadores entrevistados 86% desenvolvem a atividade de caprinos, 8% de ovino e 6% ovinos e caprinos, em relação ao sistema de criação 90% no sistema extensivo e 10% apenas adotam um sistema semi-intensivo.

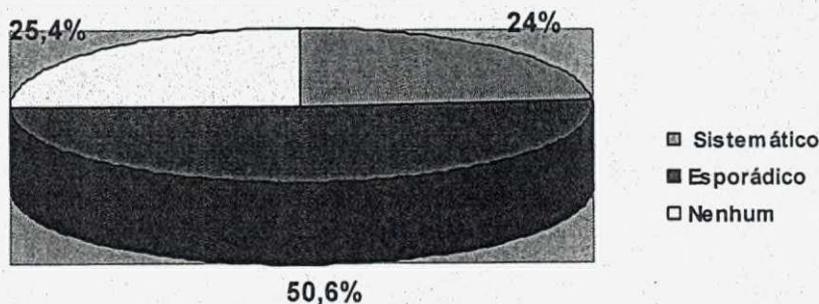


Gráfico 3. Controle de endoparasitas.

O sistema tradicional de criação desses animais tem se mostrado inviável pelas diversas limitações presentes que vão desde limitações climáticas até limitações mais pontuais relacionadas com o sistema técnico, como falta de trato sanitário do rebanho de acordo com a amostragem dos entrevistados em que apenas 24% fazem um controle de endoparasitas sistemático, 50% fazem esporadicamente e 26% não fazem nenhum controle.

Vale destacar que quando a pergunta é sobre o controle de ectoparasita piora ainda a situação somente 3% faz um controle sistemático, 18% controla esporadicamente e 79% não utiliza esta prática, sem mencionar as sérias restrições

para a agricultura familiar em geral, oriundas da estrutura fundiária que tende a inviabilizar o desenvolvimento sustentável no campo.

Os sistemas locais têm nos pastos nativos sua principal fonte de alimento para os animais. É bastante comum a existência de fluxos de biomassa forrageira entre os subsistemas da propriedade, que têm no roçado o principal fornecedor de biomassa remanescente das culturas tradicionais de grãos na região.

Entretanto cresce o número de criadores que investe em plantio de pastagens de gramíneas tendo nos capins as principais gramíneas forrageiras de porte herbáceo cultivadas em situações privilegiadas de financiamento é comum encontrarmos pequenos espaços de cultivos de capim de corte e leucema.

A dificuldade de alimentar os rebanhos no fim do período chuvoso, neste caso devido ao alto índice de chuva impossibilitando o animal de sair para pastar constitui-se num problema bastante freqüente. Essa dificuldade tem levado agricultores familiares e criadores de médio porte a se desfazer de grande parte de seus rebanhos em condições desvantajosas causando uma diminuição na capacidade de investimento e um empobrecimento cada vez maior das famílias.

Sendo assim, assiste-se a uma situação de difícil solução que é o descarte de animais a cada ano e a morte, por fome, da maior parte dos animais, principalmente daqueles criadores que não tem capacidade de investimento para a compra de insumos e medicamentos que "salvem" seus animais.

Pode-se concluir que os sistemas locais de criação animal não produzem biomassa forrageira suficiente para alimentar bem os rebanhos existentes e nos coloca um desafio: o de estimular um processo de adequação da carga animal nos sistemas, o que pressupõe elevar os níveis de produção de biomassa forrageira com a intenção de aumentar a estabilidade da população animal.

✓ Comercialização

Mesmo sendo a atividade caracterizada como atividade de subsistência, ou seja, para o consumo foi possível observar o fluxo de comercialização dos caprinos, que em sua maioria são adquiridos na própria comunidade por magaref ou atravessadores que coletam os animais nos povoados, abatem e comercializam na sede do município e na capital do estado, que oferecem preço melhor pela carne de caprino. Uma outra forma identificada é o abate na própria comunidade, geralmente

em ambientes não recomendável pela falta de higiene e presença de cachorros, porcos etc. e comercializado com os próprios membros da comunidade.

A escolha da Caprinocultura enquanto eixo aglutinador do desenvolvimento territorial no Vale do Itapecuru mobilizou um conjunto de atores para os investimentos na atividade. No prognóstico da situação estabelecida surge uma demanda, ou um ponto de estrangulamento que diz respeito a introdução do produto no mercado, a reboque aparece a necessidade de cumprir a legislação que regula a oferta de produtos desde o processo de produção, beneficiamento, abastecimento e a venda direta ao consumidor.

Por outro, tem-se uma completa negligencia em cumprir a legislação e o produto comercializado em quase sua totalidade provém de abates clandestinos causando uma total insegurança aos consumidores, ou seja, a sociedade como um todo. Assim sendo, não seria possível um investimento sistemático na atividade da Caprinocultura tendo em vista os vários problemas enfrentados pela agricultura familiar, em que se pode destacar como um dos principais a comercialização, visto que, é justamente nesse processo que acontece aquilo que se chama de expropriação do agricultor, significa dizer que é esse o momento que não se usufrui do valor do trabalho agregado ao produto.

Os elementos esclarecedores dessa questão estão certamente presentes na inexistência de infra-estrutura básica como, estradas e conseqüentemente o transporte. Este fator provoca o encurtamento dos canais que às vezes se limita na própria comunidade, e na maioria casos que estão presentes no Território Vale do Itapecuru, são os atravessadores que fazem o canal entre o produtor e o entreposto de comercialização.

São basicamente os entrepostos que fazem a comercialização direta ao consumidor, notoriamente os atravessadores, responsável para fazer o canal de comercialização, exercem sobre o agricultor certo poder de barganha. Isso acontece muito em detrimento dos produtos da agricultura familiar, estarem destinados prioritariamente para o consumo próprio e nesse sentido, tem-se enquanto equivalência do consumo a mão de obra, ou seja, quanto maior a família maior a necessidade de consumo e maior a quantidade de mão de obra. Tudo isso pra dizer que esse modo de organização da produção baseado no consumo da família, não tem a mesma lógica de produção de mercado, gerando em certa medida uma série de dificuldade para contabilizar os custos de produção.

O custo de produção não sendo conhecido dificulta a criação de uma política de preço mínimo que aliado às necessidades imediatas vividas constantemente pelos agricultores, produz aquilo que se denomina de monopólio sobre o preço do produto por parte do atravessador.

6.2 A situação do elo da produção da Agricultura Familiar no Território

No Brasil, o processo de modernização da agricultura familiar impôs modificações indiscutíveis ao perfil técnico e econômico da agricultura brasileira, apresentando assim algumas particularidades tais como:

- Estratégia de equilíbrio entre parâmetros econômicos, sociais e ambientais, na medida em que concilia a exploração familiar, o fortalecimento organizacional dos agricultores e a melhoria/preservação das condições ambientais;
- A maximização da rentabilidade do capital e da geração de lucro no curto prazo não baseia o funcionamento econômico da agricultura familiar, ela está orientada para o atendimento das necessidades das famílias e para a manutenção do potencial produtivo da terra, percebido como um patrimônio, de forma processual e sustentável;
- Sendo a propriedade familiar uma unidade de produção e consumo, motiva a valorização da diversidade (os policultivos, criações, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo);
- A agricultura familiar favorece, numa perspectiva ambiental, uma maior e melhor distribuição territorial das atividades de exploração do meio, pela melhor possibilidade de adaptação e circunscrição das mesmas as unidades ecológicas mais definidas e homogêneas;
- a agricultura familiar é, ainda, portadora de grande eficácia coletiva. A pluriatividade que a caracteriza favorece o planejamento, o desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais, resultando numa distribuição eqüitativa e uma administração mais equilibrada e sustentada.

Observa-se, em termos conceituais que a maioria das definições da agricultura familiar está vinculada ao número de empregados e ao tamanho da propriedade. O Ministério da Agricultura brasileiro, para efeito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerou como familiares

todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinham área inferior a quatro módulos rurais.

A agricultura familiar, pelas características que apresenta como a democratização do acesso aos recursos naturais, a terra, a água e outros, a exemplo do fortalecimento da mesma, é uma necessidade social e um fator de melhor gestão, conservação dos recursos naturais, além prover uma melhor organização econômica daquele ambiente, sempre dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

É dentro desta perspectiva também, que se justificam as políticas de reforma agrária, as políticas diferenciadas para a agricultura familiar. Estas políticas devem fazer parte de um projeto maior, global de desenvolvimento sustentável. A agricultura familiar não pode receber estímulos, dentro do velho paradigma da modernização conservadora, com a finalidade de resolver ou amenizar os problemas de desemprego urbano. Ela tem que ser estimulada por uma questão de justiça social, equidade, além de representar a melhor opção em termos de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Os estudos sobre a agricultura familiar, em geral, restringem-se à processos que ocorrem dentro da porteira da unidade produtiva.

Fazendo uma análise referente à situação da Agricultura Familiar nos Municípios e no Território do Vale do Itapecuru, observa-se no Quadro 10 que os estabelecimentos familiares representam, em média 87,44% do total dos estabelecimentos no Estado, ocupando 28,52% do total da área, resultando em um Valor Bruto de Produção correspondente a 69,52% do total. Fazendo uma comparação com o total do Estado, os estabelecimentos familiares representam 80,01% , portanto, abaixo da média do território, ocupando 43,24% de área, acima da média do território e alcançando 58,21% do Valor Bruto de Produção, abaixo da média do Território.

Quadro 10. % dos Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção das Categorias Familiares em relação ao total, dos Municípios do Vale do Itapecuru.

MUNICÍPIOS	ESTAB	ÁREA	VBP
Anajatuba	93,5	52,5	88,2
Cantanhede	74,3	31,7	23,9
Itapecuru Mirim	84,5	23,2	67,2
Matões do Norte	90,7	20,4	28,9
Miranda do Norte	87,8	24,6	58,9
Nina Rodrigues	89,0	10,1	83,9
Pirapemas	88,2	28,0	84,3
Presidente Vargas	94,8	35,7	89,8
Santa Rita	80,0	15,1	48,8
Vargem Grande	87,7	43,2	85,0
Território	87,44	27,24	66,86
Estado	80,01	43,24	58,21
Ter/Est-Agr Fam	5,59	0,002	5,20

Fonte: SDT / 2005

Fazendo uma leitura em termos de Municípios, observa-se que em sete deles, os estabelecimentos familiares apresentam-se superiores à média do Território e do Estado, como Anajatuba com 93,5% , Cantanhede com 74,3%, Matões do Norte com 90,7%, Nina Rodrigues com 89,0% , Pirapemas com 88,2%, e Presidente Vargas com 94,8%. Já em termos de área ocupada, acima da média do Território aparecem Anajatuba com 52,5%, Cantanhede com 31,7%, Presidente Vargas e Vargem Grande com 43,2%. Apenas Anajatuba supera a média do Estado. E quanto ao Valor Bruto da Produção, os municípios de Anajatuba, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas e Vargem Grande, superam a média do Território e do Estado.

Analisando o Território em termos de categorias de rendas, identifica-se que 32,64% dos estabelecimentos, que detém apenas 6,30% de área e alcança um valor bruto de produção de apenas 10,69% pertencem a categoria de quase sem renda. Enquanto em nível de Estado, essa mesma categoria representa 44,74% dos estabelecimentos familiares, ocupando 9,45% de área, alcançando 8,86% de valor bruto de produção. Acrescentando os quase sem renda aos de renda baixa no território, essas categorias chegam a representar 66,22% dos estabelecimentos, ocupando 13,19% de área, alcançando 31,90% de valor bruto de produção. Já os de maiores rendas que correspondem a 1,70% dos estabelecimentos, ocupam 4,87%

de área obtendo 8,52% de valor bruto de produção. No Estado, a categoria de maior renda representa 4,32% dos estabelecimentos familiares, ocupando 8,48% de área e obtendo 17,47% de valor bruto de produção.

Esses dados comprovam a importância do território em buscar alternativas de exploração que não sejam excludentes de mão-de-obra. Mesmo não sendo um tema a ser aprofundado, vemos que, na maioria dos casos são pensados projetos com perfil tecnológico incompatível com o processo de organização da produção existente. E na maioria dos casos projetos mesmo voltados à produção de produtos agroalimentares e não na fase de transformação o que seria mais aceitável, dependendo da tecnologia adotada.

Todas essas preocupações foram apontadas nas oficinas de apresentação do Estudo Propositivo do Vale do Itapecuru, ficando os agentes preocupados com os projetos já propostos.

No Território do Vale do Itapecuru, segundo os dados do INCRA/SR12/MA, existem 3.948 famílias assentadas, distribuídas em 61 Projetos de Assentamentos (PA's), sendo 38 denominados PA, correspondendo a 62,2%; 08 denominados de Projeto Casulo (PCA), correspondente a 13,1%; 11 são os chamados Projetos do Cédula da Terra (PCT), correspondente a 18,0% e 04 são os Projetos de Assentamento do estado (PE), que correspondem a 6,5%.

O Município de Itapecuru concentra o maior número de PA's(26,2%), como também concentra o maior número de famílias assentadas, equivalente a 33,96% do total. O segundo Município com maior número de PA's é Presidente Vargas (21,3%) e com 17,17% de famílias assentadas, distribuídas em 07 PA's. O Município com menor quantidade de PA's é Santa Rita, Miranda do Norte e Nina Rodrigues.

Os assentamentos rurais do Território representam 9,01% do total de PA's do Estado, beneficiando o equivalente a 6,26% do total de famílias e distribuindo o equivalente a 3,39% de área em mãos de agricultores familiares.

Apesar do número de famílias superar a casa dos 3000 beneficiários, ainda é tímido o acesso ao principal instrumento de financiamento da produção dos agricultores familiares, apenas 33,96% das famílias acessaram o PRONAF em todos os grupos no ano de 2004.

As operações de contratação do crédito do PRONAF verificadas no Território apontam o PRONAF B com a maior demanda, equivalente a 67,79% do

total de crédito concedido, enquanto que o PRONAF A representa apenas 16,17%, o PRONAF C, 15,36%.

Cabe destacar ainda que a modalidade de Investimento é a maior demanda do Território (91,59%) o que representa em média R\$ 1.138,00 (hum mil cento e trinta e oito reais) por crédito concedido, o que se constitui em arranjos feitos visando simplesmente a liberação do crédito e por último, a aplicação necessária para um incremento no processo produtivo. Já a modalidade de custeio apresenta uma média no Território de R\$ 1.744,22 (hum mil, setecentos e quarenta e quatro reais, vinte e dois centavos), se aproximando mais ao montante destinado a esse tipo de aplicação.

Segundo os questionários aplicados nos 05 municípios do território encontrou-se reprodutores das raças Bôer, Anglo Nubiano e em sua maioria SRD.

Entre as alternativas encontradas para melhoria do processo de agricultura familiar pode-se afirmar que o território tem sido um laboratório de projetos pilotos, onde se pode destacar a implantação do "Cabra Legal" da SEAGRO em parceria com Comunidades Rurais, prefeituras locais, e a "Casa da Agricultura Familiar. (Escritório Regional da SEAGRO)"; O "Projeto Aprisco" do Sebrae; O Projeto da SEAGRO de Inseminação Artificial em Pirapemas em parceria com a Cooperativa Terra e Vida.

Em geral, os estudos consideram que a ovino-caprinocultura no Estado é explorada de maneira rudimentar levando em conta questões agro-ecológicas e sócio-econômicas levando os produtores a adotar diferentes sistemas de produção. A produção de caprinos e ovinos ocorre, principalmente, em estabelecimentos de base familiar, frágeis financeiramente, com baixa tecnologia e pouco acesso à crédito. A comercialização de caprinos, ovinos e seus produtos se caracteriza por canais de comercialização relativamente curtos, em zonas rurais ou pequenas cidades do interior, com pouca ou nenhuma participação de frigoríficos e indústrias de frios. No entanto, começam a ser observadas mudanças nos segmentos de produção e comercialização de caprinos e ovinos em algumas áreas do território.

No caso da caprino-ovinocultura, essas mudanças se expressam no surgimento de criadores especializados na caprinocultura de corte e na ovinocultura de corte, bem como na gradativa superação da histórica condição de produtores para o autoconsumo e para o mercado local. No entanto, para a maioria dos produtores, acredita-se que a especialização da caprinocultura e da ovinocultura é

parcial, ou seja, os agricultores, sobretudo os familiares, implementam melhorias à exploração de caprinos e ovinos, mas não se tornam exclusivamente caprinocultores ou ovinocultores. Eles continuam desenvolvendo outras atividades agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora das unidades produtivas, o que lhes permitem manter certa autonomia em relação ao mercado.

Assim sendo, para que um plano de desenvolvimento da atividade ocorra de maneira adequada às realidades social, econômica e cultural dos diferentes produtores, a identificação dos tipos de sistemas de produção adotados não pode desconsiderar a existência de diversas fontes de renda, objetivos, dinâmicas, racionalidades, condições de produção e níveis insuficientes de informação dos produtores.

Além disso, esse plano não pode concentrar suas ações na melhoria dos sistemas de criação sem considerar os problemas ligados ao mercado, pois as unidades de produção fazem parte de complexos encadeamentos tecnológicos e produtivos, com complementaridade dinâmica dos segmentos agrícolas e industriais, interdependência dos atores envolvidos e articulação dos seus interesses com as agências públicas do Estado e com as tendências e as exigências do consumidor final.

Nesse contexto, são requeridas modificações no perfil de atuação das agências de desenvolvimento do Estado, sob um duplo aspecto: primeiro para a orientação de suas atividades com base no conhecimento das demandas sociais e produtivas do seu público-alvo; e segundo pela necessidade de atuar permanentemente de forma articulada com organismos privados e não-governamentais envolvidos no atendimento das necessidades identificadas.

Configura-se, assim, gradativamente, um novo estilo institucional de intervenção que associa o local, enquanto dimensão espacial e temporal, a outras instâncias mais abrangentes, estruturando de forma mais consistente as relações entre o público e o privado e, em particular, com o não-governamental, além de criar interfaces mais expressivas entre o saber técnico-científico e o saber popular. Deste modo, organizam-se as condições institucionais necessárias à sustentabilidade dos processos de mudança que se pretende implementar.

6.3 O cenário para a ovinocaprinocultura da Agricultura Familiar no Território

Mediante o que foi observado no período da pesquisa pode-se constatar que a real situação da Agricultura Familiar para a ovinocaprinocultura necessita de medidas urgentes para que se efetivem mudanças do atual processo.

Segundo SILVA (2002), no caso de políticas públicas, é importante ressaltar que o governo deve ter um papel catalisador de mudanças e tornar o ambiente mais favorável à competitividade da cadeia produtiva, de forma a permitir que suas empresas sobrevivam e cresçam em mercados correntes e novos.

Assim algumas propostas de políticas elencadas para a cadeia produtiva da carne ovina e caprina são os seguintes:

a) Escalonamento da produção e utilização de estações de monta regionais, visando o planejamento da produção.

b) Utilização sistemática de reserva de alimentos.

c) Implementação dos instrumentos de comercialização que garanta ao produtor e comprador, um preço justo, matéria prima de qualidade e no tempo futuro acordado.

d) Adequação dos financiamentos à pequena produção, disponibilizando mais recursos para os bens móveis.

Isto certamente trará equilíbrio entre oferta e demanda evitando bruscas oscilações de preços e diminuindo a incerteza para os agentes da cadeia, estímulo à produção e entrada de novos produtores, maior e melhor oferta de matéria prima no mercado.

O Sistema de crédito insuficiente e inadequado é outro grande entrave considerando que é importante financiar áreas emergentes de produção, mas é também importante equilibrar melhor os recursos disponíveis ao produtor. Na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura é comum a agroindústria financiar a produção em troca da garantia do fornecimento da matéria prima, ou os processadores comprarem antecipadamente para garantir o fornecimento.

Simplicio (2001), citou, que os objetivos, as metas e as estratégias concebidas e propostas para o crescimento e desenvolvimento da ovinocaprinocultura no país, com sustentabilidade, devem guardar estreita sintonia com o aproveitamento das oportunidades e buscar atuar de forma integrada na superação dos desafios e ameaças, atuando nos diferentes níveis de poder, municipal, estadual e federal. Ainda, segundo o autor, as associações de produtores cumprem papel fundamental como agentes indutores da organização e gestão da

unidade produtiva, contribuindo assim, para a inserção dos ovinocaprinocultores nos mercados, interno e externo, e tornando a ovinocaprinocultura uma atividade economicamente rentável e passível de gerar riquezas, empregos e a fixação do produtor no campo.

Dentre as alternativas e caminhos explicitados acima pode-se buscar aí um exemplo de alternativas para o Território do Vale do Itapecuru como a busca e a consolidação de parcerias entre os diferentes segmentos da sociedade, do privado ao público, envolvendo todos os atores da cadeia produtiva, visando a participação e a contribuição positiva para a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade da atividade. Vale ressaltar que nessa busca tem-se no território a criação do Abatedouro gerenciado por uma cooperativa de produtores locais.

6.4 O impacto do abatedouro para a Agricultura Familiar no Território

O principal objetivo da construção do abatedouro é proporcionar viabilidade aos incentivos dados à produção de caprinos no território em que pretende desenvolver atividade de abate de caprinos e ovinos, assim como, o aproveitamento integral dos subprodutos, com base no Serviço de Inspeção Estadual (SIE) possui uma capacidade operacional avaliada em 30 animais/dia e atenderá todos os agricultores e agricultoras familiares dos municípios que compõem o território.

Um dos primeiros benefícios gerado com a implantação do matadouro de caprinos está no campo da organização, pois o investimento exige a priori um nível de organização e um conjunto de informações sistematizadas acerca dos produtores importantes para as intervenções, formulação de políticas pública, e estratégias da melhoria da produção.

Outro fator positivo é a agregação de valor ao produto da agricultura familiar e o alongamento dos canais de comercialização, fator que pode gerar uma melhoria da renda familiar e uma maior estruturação da unidade de produção.

Em relação as questões ambientais existe uma transversalidade que compõe todo processo, ou seja, na medida em que se faz a integração, aproveitamento integral dos sub produtos, uso de novas tecnologias denominadas

limpas dentre outros fatores, temos um ganho enorme, pois "na natureza nada se cria, nada perde e tudo se transforma".

A importância da produção de caprinos e ovinos no território Vale do Itapecuru, enquanto uma política de desenvolvimento territorial está concentrada fortemente, no fato de ser esta, uma atividade predominante da agricultura familiar.

A relação estabelecida entre agricultura familiar e produção de caprinos e ovinos, expressa uma série de condicionantes vividos pelos produtores e produtoras, tais como: a dificuldade de acesso ao crédito, pouca intervenção tecnológica no processo produtivo, insuficiência dos serviços de assistência técnica, o não acesso aos canais de comercialização existentes e a falta de estrutura de abate, de frigoríficos e de indústrias que sirva de incentivo ao investimento na produção por parte do conjunto de instituições governamentais e não governamentais articulados no processo de desenvolvimento e dos próprios agricultores e agricultoras familiares do território.

Nesse sentido, os investimentos na atividade devem necessariamente corrigir os entraves na cadeia produtiva e promover investimentos principalmente na ampliação dos canais de comercialização.

A construção do abatedouro de caprinos e ovinos no território representa uma grande possibilidade de ampliação de mercado para os produtores produtoras familiares, mas é necessário fundamentalmente ampliar, diversificar os serviços oferecidos, para que possa, neste momento, assegurar a viabilidade econômica do investimento.

Conforme o projeto atual o Abatedouro de Caprinos do Território Vale do Itapecuru, pretender oferecer aos agricultores e agricultoras familiar, serviços de abate, padronização de carcaça, condicionamento e distribuição, com vista na introdução do produto e seus derivados em extratos de mercados antes não atingidos pelos agricultores e agricultoras do território.

O sistema de produção do Abatedouro, apresentado abaixo em fluxograma, apresenta detalhadamente o fluxo de mão de obra necessário para o bom desempenho do negócio e seguindo as normas de qualidade exigidas pela AGED - MA.

A aspiração no primeiro momento é atingir o mercado territorial, até o aperfeiçoamento do sistema de produção até atingir o mercado estadual e nacional.

A oferta de matéria prima para atender a capacidade do Abatedouro no Território, é oriunda da criação de agricultores e agricultoras familiar, que tradicionalmente praticam a atividade de criação, e outros agricultores ambos incentivados pelos órgãos governamentais e não governamentais articulados em torno do desenvolvimento territorial que vê na ovinocaprinocultura um eixo estratégico para o território. Entretanto o que se percebe como entrave para o efetivo funcionamento do abatedouro é a capacidade de abate do frigorífico é maior que a oferta de animais do território considerando que a agricultura familiar não é capaz de suprir as necessidades dos investimentos, abrindo espaço para que médios e grandes produtores se apropriem desses espaços.

Assim, os municípios que compõem o Território Vale do Itapecuru, sofre como muitos do estado, de problemas relacionado a economia local, são fatores como: a precariedade de investimentos na agricultura familiar enquanto economia autônoma geradora de trabalho e renda; a oferta de postos de trabalho na industria e no serviço é inferior a demanda, o que coloca um empreendimento do tipo abatedouro num patamar de importância também pela sua capacidade de gerar emprego, trabalho e renda para os trabalhadores e trabalhadoras do Território.

Assim, não existe falta de mão de obra disponível, o que representa um problema são as qualificações exigidas para determinadas atividade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a ovinocaprinocultura vem demonstrando um importante papel no contexto do agronegócio brasileiro, gerando oportunidades de emprego, renda e fixação do homem no campo. No entanto, é ainda precário o nível de produtividade, de gerenciamento, e de articulação entre os diversos elos da cadeia produtiva da carne e pele, dificultando a sustentabilidade, a competitividade e a remuneração dos produtores.

A cadeia produtiva da ovinocaprinocultura encontra-se desorganizada, na maioria das regiões, e o primeiro passo para organizá-la passa necessariamente por sua organização da porteira para dentro, sendo que tomadas de decisão nesse sentido, muitas das vezes requerem pouco ou nenhum investimento a mais daqueles já existentes.

Há a necessidade de que os produtores assumam seu verdadeiro papel junto aos demais componentes da cadeia, negociando melhores preços, prazos, condições de pagamento e relações de mercado, pois deles dependem imensamente os demais elos da cadeia.

Órgãos de fomento, pesquisa e extensão necessitam de primeiro ouvir todos os segmentos dessa cadeia, para somente depois traçar as metas e planos de ação para conquistá-las.

Toda e qualquer forma de cultura da cooperação é sempre muito salutar para se organizar, fortalecer e dar credibilidade às atividades agropecuárias e agroindustriais.

Na ótica do desenvolvimento sustentável da ovinocaprinocultura é, portanto, fundamental discutir temas e propostas que possibilitem aos diversos atores da cadeia produtiva, novos conhecimentos e tecnologias de produção e de gestão do negócio dessa atividade empreendedora.

Em suma, a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura necessita urgentemente de planejamento estratégico, construído de forma conjunta e não ações isoladas e por muitas vezes inócuas para a cadeia como um todo, satisfazendo, quando o faz, apenas uma pequena minoria envolvida.

Conforme apresentado na pesquisa no Território do Vale do Itapecuru percebe-se um razoável volume de ações com foco no desenvolvimento da

agricultura familiar, mas percebe-se também que ainda há desconexão entre essas ações.

Não há indicativos de que as ações em desenvolvimento estejam em consonância com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Da mesma forma, é necessário que as institucionalidades de apoio apropriem-se do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), cuja construção se deu no processo de planejamento, sendo então observada a visão de futuro e a planificação que redundou nos projetos ao PROINF/2005.

REFERENCIAS

ANUALPEC: **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2000.

COUTO, F. A. A. Dimensionamento do Mercado de Carne Ovina e Caprina no Brasil. *IN: CNPq. Apoio à cadeia produtiva da ovinocaprinocultura brasileira*. Relatório final. Brasília. 2001.

EMBRAPA. **Projeto plataforma regional do agronegócio ovinocaprinocultura**. Ceará. 2002.

FAO. **Trade Yearbook**. Rome, v. 63, 1996.

FAO. **Food And Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em: <<http://www.fao.org/stat>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

FURLANETO, E, e SILVA, A. F. R. Industrialização e comercialização de pele. *IN: I Semana de caprinocultura e de ovinocultura tropical brasileira. Anais*, EMBRAPA Caprinos. 1994. p. 129-134.

MEDEIROS, J. X. Governança no agronegócio da carne, leite e produtos derivados da ovinocaprinocultura na Região Nordeste do Brasil. *IN: Anais do II SINCORTE*. João Pessoa-PB. 2003. p. 35-41.

NETO, P. A. A. A Plataforma de Ovinos e Caprinos para o Nordeste. *IN: Apoio a Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura Brasileira*. Relatório Final. MCT/CNPq. Brasília, DF. 2001.

PÉREZ, O. R. Juan. Perspectivas da Ovinocultura nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. *IN: Anais do II SINCORTE*. João Pessoa-PB. 2003. p. 243-262.

SILVA, R. R. da. **O agronegócio brasileiro da carne caprina e ovina**. Salvador-BA: R. R. da Silva, 2002.

SILVA SOBRINHO, A.G. **Criação de ovinos**. Jaboticabal: FUNEP, 1997.

SIMPLÍCIO, A. A. A caprino-ovinocultura na visão do agronegócio. **Revista CFMV**. Brasília-DF, 2001, nº24, p. 15-18.

APENDICES

APENDICE A. Relação de criadores de caprinos e ovinos do município de Anajatuba.

Nº	Nome	Endereço	Caprinos	Ovinos
01	Agnaldo Colins	Ilha das Almas		
02	Ângelo Barbosa Ferreira	Afoga	11	
03	Antonio Augusto Castelo Branco	Entre Ilha	21	
04	Antonio Carlos Silva	Mutum		05
05	Antonio de Jesus dos Santos	Teso	10	
06	Antonio dos Reis dos Santos	Bom Jardim	32	
07	Antonio Henrique Silva Neves	Afoga	22	
08	Antonio José Lisboa Carvalho	Boa Vista	12	
09	Apolônio Galdencio Carvalho	São Minguel	09	
10	Benedito da Conceição R Oliveira	Rosário	13	
11	Bibita	Jacamim	10	
12	Carlos Alberto Carvalho	Mutum		08
13	Carlos Cardoso Dutra	São Geronimo	17	
14	Crescenso da Cruz Carvalho	Entre Ilha	10	
15	Domingos Agostinho	Teso	10	
16	Domingos Cantanhede Pinto	Ladeira	08	
17	Domingos da Conceição de Jesus	Teso	30	
18	Domingos do Espírito S.C. Ribeiro	Cangapara		09
19	Domingos dos Santos D Carvalho	Cangapara	05	
20	Domingos Ramos C. Rocha	Boca da Enseada	16	
21	Edilson Campelo Rocha	São Minguel	17	
22	Eliel Martins Moreira	Afoga	29	27
23	Eliete Martins Moreira	Afoga	36	
24	Erinaldo de Jesus Dutra Santos	Picada	10	
25	Erinaldo Sousa Mendes	Picada	10	
26	Fernando Bogeia	Parioba	23	
27	Filomeno Marques de Melo	Camgapara	08	
28	Flavia Carvalho	Ilhota	12	
29	Francisca de Arruda Dutra	Capim	10	
30	Francisco Alberto Moreira Filho	Ladeira		16
31	Francisco dos Santos	Picada	24	
32	Francisco dos Santos A. Filho	Picada	02	
33	Francisco Sales	Bom Jardim	27	
34	Grigorio Torres	Pacoval	23	
35	Hélio Aragão dos Santos	Picada	12	
36	Hildenê da Cruz M. Pereira	Mucura	04	07
37	Isaias Mendes Moreira		20	
38	João Barbosa Ferreira	Afoga	13	
39	João Batista Carvalho	São Miguel	26	
40	João Cristóvão M. Pereira	Mucura	03	
41	João da Cruz Costa	Ribeirão		08
42	João Florêncio Silva	Bacabeira	11	
43	João Francisco L. Pereira	Mucura	06	
44	João Gonçalves	Frades	20	
45	Joaquim Antonio Dutra	São Jerônimo	50	

46	José Benedito dos Santos da Silva	Bom Jardim	41	
47	José Carlos Bogéa Dutra	Picada	09	
48	José Carlos Lopes Dutra	São Jerônimo	09	
49	José Carlos M. Bezerra	Boa Vista	18	16
50	José Carlos Moreira Lima	Areal	29	
51	José da Conceição	Carvalho		16
52	José das Neves	Frades	06	
53	José de China	Teso	06	
54	José do Carmo M. Rodrigues	Ribeirão	08	
55	José do Carmo Moreno	Frades	10	
56	José dos Reis Colins	Palmares		13
57	José Luis D. Oliveira	Capim	43	
58	José Maria Dutra	Rua Regino R. de Paula	16	
59	José Maria Marinho	Bacabeira	05	19
60	José Maria Marinho	Bacabeira	15	19
61	José Maria Santos Dutra	Picada	18	
62	José Mauro dos Reis	Bom Jardim	23	
63	José Mendes	Cimauma	11	
64	José Miguel Rego Dutra	Picada	06	
65	José Pedro Sanches	Areal	16	
66	José R. Silva Carvalho	Mutum		10
67	José Raimundo Correia	São Miguel	12	
68	José Raimundo Dutra	São Jerônimo	10	
69	José Raimundo M. Aragão	Picada	19	
70	José Ribamar Colins Carvalho	Afoga	20	
71	Josinaldo Gama Moreno	São Jerônimo	09	
72	Leomar Castelo	Ilha das Almas	06	
73	Lourinaldo Dutra Santos	Picada	13	
74	Lourival Sanches	Picada	14	
75	Luis Francisco M. Carvalho	Frades	10	
76	Luzanira Dionedia dos Santos	Ribeirão	17	
77	Manoel Campelo	São Miguel	15	
78	Manoel dos Santos Brandão	Ribeirão		05
79	Maria da Glória M. de Jesus	São Jerônimo	09	
80	Mario Chagas dos Santos	Ribeirão	04	
81	Mônica de Deus Sanches	Ribeirão		27
82	Nélia Maria Martins	Enche Barriga	18	
83	Rafael Giordane Pires	Ribeirão	16	
84	Raimundo Antonio Martins Oliveira		29	
85	Raimundo Benedito M. Dutra	Picada	28	
86	Raimundo Boa Ventura Martins	Afoga		13
87	Raimundo João Costa Sanches	Ribeirão		06
88	Raimundo Nonato Costa	Ribeirão	08	
89	Raimundo Nonato Penha	Pacoval	16	
90	Raimundo Sacarré	Assutinga	08	
91	Raimundo Santana Colins	Palmares		10
92	Raimundo Soterio Santos		01	03

93	Raimundo Tenente	Boqueirão	08	
94	Reginaldo dos Santos	Picada	20	
95	Roberto Carlos da Silva	Camgapara	20	
96	Sandra Maria Martins	Pacoval	11	
97	Sebastião do Carmo Costa	Santa Rita		09
98	Sebastião Rodrigues Martins	Rua Regino R. de Paula	29	
99	Silvio Jorge A. Rodrigues	Picada		10
100	Terezinha de Jesus Martins	Santaren	27	
101	Valdemar Campelo Carvalho	Ilha das Cobras	14	
102	Valdenilson Sousa Mendes	Picada	10	
103	Valter Santos C. Sampaio	Ilha das Almas	11	
104	Valtrudes Hermenegildo M. Rocha	São Miguel	25	
105	José Pãozinho Lisboa	Pastorador	07	

Apendice B. Relação de criadores de caprinos e ovinos – Pirapemas.

Nº	Nome	Endereço	Caprinos	Ovinos
01	Francisco José Jesus dos Santos	Telha	65	
02	José Moreira da Silva Filho	Piqui	27	
03	João dos Reis Sousa	Raizada	10	
04	Francisco Leônidas de Sousa	Chica Romana	58	
05	Cezar Arlindo Melo Martins	Igarapé Fundo	56	
06	Joaquim Urubatam Andrade	Macaúba	72	
07	Álvaro Martins de Sousa	Guariba	110	85
08	Maria de Lourdes	Areia	25	
09	Marcos Antonio Lopes de Araújo	São José	80	50
10	Antonio Rosa do Lago	Morro Grande		03
11	Juarez Vieira da Cruz	Morro Grande	17	
12	Maria Vieira Cruz	Morro Grande	12	
13	Raimundo Ribeiro	Panaca	14	
14	Temístocles Irineu Mesquita	Panaca	12	
15	Francisco Cruz Filho	Boa Vista	76	
16	Vicente José de Mesquita da Silva	Tiquira	06	22
17	Edimilson Alves dos Santos	São Benedito Pretos	07	
18	Luis da Silva Costa	São Benedito Pretos	20	
19	Antonio Alves Rodrigues Silva	São Raimundo dos Polinos	50	
20	Benedito Gare da Silva	Tabuado	65	05
21	José Alfredo Mendes	São Raimundo dos Polinos	25	
22	Mariano Ferreira da Silva	São Raimundo dos Polinos	38	
23	Antonio Eudaldo	São Lourenço	06	
24	Edésia Garreto	São Lourenço	10	
25	Carlos Alberto	Bom Galho	15	
26	João Pereira Reis	Bom Galho	46	
27	João Batista Luz de Carvalho	Bom galho	11	
28	José Batista Sousa Luz	Bom Galho	28	
29	Moisés Correia Reis	Bom Galho	28	
30	Raimundo Pinto de Sousa	Bom Galho	15	
31	Elias Nascimento da Cruz	Alto Bonito	25	08
32	Raimundo Mendes Cardoso	Alto Bonito	20	35
33	Antonio Jorge da Silva Cruz	Morro Baixo	06	06
34	Antonio da Silva Cruz	Morro Baixo	54	19
35	Mauro Lopes de Araújo	Morro Baixo	37	
36	Maria Antonia de S. Mesquita	Morro Baixo	16	
37	João dos Santos Martins	Luisinho	05	
38	José Ribamar dos Santos Martins	Luisinho	06	
39	José Alves de Sousa	Unha de Gato	35	
40	Raimundo Francisco Alves de Sousa	Unha de Gato	19	

41	Antonia Lopes dos Santos	Sapucaia	13	
42	Francisca Cardoso	Sapucaia	08	
43	Maria Ângela Silva Cardoso	Sapucaia	02	
44	Maria Domingas Rodrigues	Sapucaia	08	
45	Antonio Francisco Silva Nascimento	Nova Vida	06	
46	Antonio Lima Farias	Nova Vida	10	
47	Antonio Carlos de Sousa	Nova Vida	03	
48	Antonio Carlos Silva Damasceno	Nova Vida	12	
49	Antonio Carlos da Silva	Nova Vida	17	
50	Antonio Delson da Silva Holanda	Nova Vida	03	
51	Antonio Walter Alcântara de Sousa	Nova Vida	12	
52	Edvan Batista de Sousa e Silva	Nova Vida	03	
53	Francisco das Chagas A. S. Filho	Nova Vida	11	
54	Francisco José Enéas	Nova Vida	11	
55	José Ribamar dos Santos	Nova Vida	33	
56	José Raimundo da Conceição	Nova Vida	10	
57	José Pedro de Alcântara	Nova Vida	09	
58	José Lopes de Sousa	Nova Vida	17	
59	Miguel Gomes de Menezes	Nova Vida	24	
60	Maria Delcir Marques	Nova Vida	14	
61	Pedro Barbosa	Nova Vida	19	
62	Pedro de Alcântara Neto	Nova Vida	07	
63	Pedro da Costa Lima	Nova Vida	13	
64	Pedro Lopes de Sousa	Nova Vida	14	
65	Raimundo Nonato Moraes Gomes	Nova Vida	30	
66	Raimundo Nonato Coutinho Sousa	Nova Vida	24	
67	Waldemar Nonato dos Santos	Nova Vida	14	
68	Antonio da Conceição	Morros	10	
69	Agenor Pereira dos Santos	Morros	04	
70	Francisco Félix Filho	Morros	39	
71	Francisco da Silva dos Santos	Morros	07	
72	Francisco Rogério F. Maciel	Morros	22	
73	Francisco Pereira	Morros	11	
74	José Ribamar R. dos Santos	Morros	05	
75	João Evangelista Gomes	Morros	29	
76	Raimundo Santana Pinto	Morros	04	
77	Vicente Gouveia	Morros	17	
78	Domingas Barbosa de Moraes	Serraria	03	
79	Hélia Maria dos Nascimento	Serraria	08	
80	Lucídio Carneiro de Matos	Serraria	09	
81	Maria Antonia Nascimento da Costa	Serraria	13	
82	Maria Pedra do Rosário	Serraria	04	
83	Areolino da Conceição	Desperta	31	
84	Antonia Rodrigues do Nascimento	Desperta	09	
85	Antonio José Cruz	Desperta	06	

86	Francisco Barbosa de Sousa	Desperta	02	
87	Francisco Carvalho Santos	Desperta	14	
88	José Claudino dos Santos	Desperta	18	
89	Lindomar Sousa Frazão	Desperta	39	
90	Marluce Rodrgues Ramos	Desperta	16	
91	Manoel da Conceição	Desperta	21	
92	Sebastião da Conceição	Desperta	10	
93	Antonio Francisco de Sousa	Maioba	17	
94	Agenor Machado da Silva	Maioba	06	
95	Antonio Freire de Sousa	Maioba	12	
96	Francisco das Chagas Ferreira	Maioba	11	
97	Francisco Ferreira	Maioba	31	
98	José Severo dos Santos	Maioba	07	
99	Getúlio Carlos da Conceição	Maioba	05	
100	João Carlos Teixeira	Maioba	03	
101	José Carlos Teixeira	Maioba	11	
102	José de Ribamar Ferreira	Maioba	24	
103	José Francisco Reis	Maioba	11	
104	Luis Alberto da Silva	Maioba	04	
105	Maria Lúcia Andrade	Maioba	05	
106	Maria das Graças F. da Silva	Maioba	05	
107	Manoel Teixeira da Conceição	Maioba	08	
108	Nilza Lima Pires	Maioba	21	
109	Pedro Martins Moraes	Maioba	13	
110	Waldenor Ferreira da Silva	Maioba	24	
111	Bernardo Pereira de A. Neto	Vitória	10	
112	Carlos André da S. Lopes	Vitória	10	
113	Constância Pereira de Almeida	Dona Joana	10	
114	José Antonio Araújo da Silva	São José	09	
115	José Lourenço da Silva Sobrinho	Vitória	12	
116	José de Walter Lourenço da Silva	Vitória	09	
117	João Almeida Veras Júnior	Dona Joana	08	
118	Jamário Lourenço da Silva	Dona Joana	14	
119	Pedro da Conceição	Vitória	28	
120	Paulo da Silva Matins	Dona Joana	39	
121	Martinho Cardoso de Almeida	Dona Joana	11	

Apendice C. Relação de criadores de caprinos e ovinos – Presidente Vargas.

Nº	Nome	Endereço	Caprinos	Ovinos
01	Valmir de Jesus Frazão	Santa Rosa		
02	Raimundo Nonato Frazão	Santa Rosa		
03	José Maria Frazão	Santa Rosa		
04	Benedito Rodrigues Frazão	Santa Rosa		
05	José Veloso	Santa Rosa		
06	Raimundo Damasceno	Santa Rosa		
07	Joel Marques Veloso	Santa Rosa		
08	Luis dos Santos Xavier	Lago do Junco		
09	Raimundo Sousa Santos	Sapucaial		
10	João de Lima Oliveira	Sapucaial		
11	Aldo Benedito dos Santos	Sapucaial		
12	José Alex Correia Brito	Sapucaial		
13	Afonso Celso Viana Neto	Sapucaial		
14	José Alan Correia Brito	Sapucaial		
15	Benedita de Jesus Silva	Sapucaial		
16	Severino Ramos da Silva	Sapucaial		
17	Marinete Malheiros Mendes	Sapucaial		
18	Maria do Socorro Silva Santos	Sapucaial		
19	Raimundo Nonato Magalhães Rocha	Sapucaial		
20	Jaciel	Sapucaial		
21	Alderico Sousa Costa	Sapucaial		
22	Osmar Rocha	Sapucaial		
23	Lazaro Roque Silva	Caviana		
24	Manoel Olanda de Castro	Caviana		
25	José Cardoso	Caviana		
26	Nilson Ramos Santos	Bom Jesus		
27	José dos Reis Santos	Bom Jesus		
28	Izabel Cantanhede	Sede		
29	Terezinha de Jesus Cantanhede	Sede		
30	Arnaldo Lima de Sousa	Sede		
31	Raimundo Teixeira	Fazenda Campestre		
32	Marcos José G. Araújo	Fazenda Campreste		
33	Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar	Fazenda Jandiá		
34	José Nunes de Oliveira	Fazenda Santa Luzia		
35	José Xavier da Silva Bezerra	Fazenda Bezerra		
36	Terezinha de Jesus Lima de Sousa	Canapum		
37	Antonio Conceição Silva	São José		
38	Lazara Messias Araújo	Lago Grande		
39	Elio Rodrigues dos Santos	Boca do Campo		
40	Julião Vital Martins	Novo Horizonte		
41	Domingos Santos Aguiar	Bom Jardim da Beira		

42	Raimunda Silva Damascena	Salgador		
43	José Pereira de Lima	Salgador		
44	Raimundo Nonato Saming	Primeiros Campos		
45	Francisco Rodrigues dos Santos	Primeiros campos		
46	Natanael Alves da Silva	Barreira		
47	Luis Alves Viana	Areial		
48	Maria de Fátima Sousa Gomes	Areial		
49	Maria Osmarina Frazão da Silva	Areial		
50	Eva de Castro da Silva	Areial		
51	Francisco Alves Viana	Areial		
52	Raimundo Magno dos Santos dos Anjos	Areial		
53	Valdemar Sousa Silva	Areial		
54	Mauro Sérgio Sousa Silva	Areial		
55	Raimundo Nonato Viana	Areial		
56	Manoel Fábio Cantanhede	Soraroca		

Apendice D. Resultado geral dos questionários aplicados**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS: 375****▪ SITUAÇÃO DA TERRA**

Proprietária: 74

Posseiro: 200

Assentado: 102

▪ TIPO DE REBANHO

Caprino: 323

Ovino: 30

Ovinocaorino: 23

▪ APTIDÃO

Carne: 368

Mista: 07

▪ MANEJO REPRODUTIVO

Monta Contínua: 371

Monta Controlada: 04

▪ INSTALAÇÕES

Aprisco suspenso: 184

Curral de chão batido: 136

Giral: 55

▪ SISTEMA DE CRIAÇÃO

Extensivo: 339

Semi-Intensivo: 36

▪ PASTAGEM

Nativa: 357

Artificial: 18

▪ AGUADAS

Barreiro: 37

Açude: 235

Fonte Natural: 90

Poço: 13

▪ CONTROLE DE ENDOPARASITA

Sistemático: 90

Esporádico: 190

Nenhum: 95

▪ CONTROLE DE ECTOPARASITA

Sistemático: 08
Esporádico: 70
Nenhum: 297

▪ **PRINCIPAIS DOENÇAS**

Pododermatite: 165
Linfadinite: 155
Raiva: 37
Diarréia em animais jovens: 62

Apendice E. Resultado geral dos questionários aplicados- Vargem Grande**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS: 53****▪ SITUAÇÃO DA TERRA**

Proprietária: 12

Posseiro: 39

Assentado: 02

▪ TIPO DE REBANHO

Caprino: 47

Ovino: -

Ovinocaorino: 06

▪ APTIDÃO

Carne: 53

Mista: -

▪ MANEJO REPRODUTIVO

Monta Contínua: 52

Monta Controlada: 01

▪ INSTALAÇÕES

Aprisco suspenso: 41

Curral de chão batido: 12

▪ SISTEMA DE CRIAÇÃO

Extensivo: 50

Semi-Intensivo: 03

▪ PASTAGEM

Nativa: 50

Artificial: 03

▪ AGUADAS

Barreiro: 06

Açude: 42

Fonte Natural: 05

Poço: -

▪ CONTROLE DE ENDOPARASITA

Sistemático: 34

Esporádico: 11

Nenhum: 08

▪ CONTROLE DE ECTOPARASITA

Sistemático: 07

Esporádico: 05
Nenhum: 41

▪ **PRINCIPAIS DOENÇAS**

Pododermatite: 18

Linfadinite: 29

Raiva: 10

Diarréia em animais jovens: 12

Apendice F. Resultado geral dos questionários aplicados - Pirapemas**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS: 121****▪ SITUAÇÃO DA TERRA**

Proprietária: 15

Posseiro: 24

Assentado: 82

▪ TIPO DE REBANHO

Caprino: 110

Ovino: 04

Ovinocaprino: 08

▪ APTIDÃO

Carne: 114

Mista: 07

▪ MANEJO REPRODUTIVO

Monta Contínua: 121

Monta Controlada: -

▪ INSTALAÇÕES

Aprisco suspenso: 49

Curral de chão batido: 64

Giral: 08

▪ SISTEMA DE CRIAÇÃO

Extensivo: 110

Semi-Intensivo: 11

▪ PASTAGEM

Nativa: 112

Artificial: 09

▪ AGUADAS

Barreiro: 14

Açude: 90

Fonte Natural: 05

Poço: 12

▪ CONTROLE DE ENDOPARASITA

Sistemático: 23

Esporádico: 70

Nenhum: 28

▪ CONTROLE DE ECTOPARASITA

Sistemático: 01
Esporádico: 53
Nenhum: 67

▪ **PRINCIPAIS DOENÇAS**

Pododermatite: 24
Linfadinite: 77
Raiva: 08
Diarréia em animais jovens: 32

Apendice G. Resultado geral dos questionários aplicados - Matões do Norte**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS: 17****▪ SITUAÇÃO DA TERRA**

Proprietária: 02

Posseiro: -

Assentado: 15

▪ TIPO DE REBANHO

Caprino: 15

Ovino: 01

Ovinocaorino: 01

▪ APTIDÃO

Carne: 17

▪ MANEJO REPRODUTIVO

Monta Contínua: 17

Monta Controlada: -

▪ INSTALAÇÕES

Aprisco suspenso: 07

Curral de chão batido: 10

▪ SISTEMA DE CRIAÇÃO

Extensivo: 17

Semi-Intensivo: -

Intensivo: -

▪ PASTAGEM

Nativa: 17

Artificial: -

▪ AGUADAS

Barreiro: 02

Açude: 14

Fonte Natural: 01

▪ CONTROLE DE ENDOPARASITA

Sistemático: 14

Esporádico: 01

Nenhum: 02

▪ CONTROLE DE ÉCTOPARASITA

Sistemático: -

Esporádico: -

Nenhum: 17

▪ **PRINCIPAIS DOENÇAS**

Pododermatite: 01

Linfadinite: 10

Raiva: 01

Diarréia em animais jovens: 01

Apendice H. Resultado geral dos questionários aplicados - Presidente Vargas**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS: 56****▪ SITUAÇÃO DA TERRA**

Proprietária: 14

Posseiro: 42

Assentado: -

▪ TIPO DE REBANHO

Caprino: 48

Ovino: 05

Ovinocaorino: 03

▪ APTIDÃO

Carne: 56

Mista: -

▪ MANEJO REPRODUTIVO

Monta Contínua: 54

Monta Controlada: 02

▪ INSTALAÇÕES

Aprisco suspenso: 40

Curral de chão batido: 08

Giral: 08

▪ SISTEMA DE CRIAÇÃO

Extensivo: 50

Semi-Intensivo: 03

▪ PASTAGEM

Nativa: 51

Artificial: 05

▪ AGUADAS

Barreiro: -

Açude: 38

Fonte Natural: 17

Poço: 01

▪ CONTROLE DE ENDOPARASITA

Sistemático: 14

Esporádico: 24

Nenhum: 18

▪ CONTROLE DE ECTOPARASITA

Sistemático: -
Esporádico: 07
Nenhum: 49

▪ **PRINCIPAIS DOENÇAS**

Pododermatite: 17
Linfademite: 31
Raiva: 15
Diarréia em animais jovens: 12

Apendice I. Resultado geral dos questionários aplicados- Anajatuba**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS: 128****▪ SITUAÇÃO DA TERRA**

Proprietária: 31

Posseiro: 80

Assentado: 18

▪ TIPO DE REBANHO

Caprino: 103

Ovino: 20

Ovinocaorino: 05

▪ APTIDÃO

Carne: 128

▪ MANEJO REPRODUTIVO

Monta Contínua: 127

Monta Controlada: 01

▪ INSTALAÇÕES

Aprisco suspenso: 47

Curral de chão batido: 42

Giral: 39

▪ SISTEMA DE CRIAÇÃO

Extensivo: 112

Semi-Intensivo: 16

▪ PASTAGEM

Nativa: 127

Artificial: 01

▪ AGUADAS

Barreiro: 15

Açude: 51

Fonte Natural: 62

▪ CONTROLE DE ENDOPARASITA

Sistemático: 05

Esporádico: 84

Nenhum: 39

▪ CONTROLE DE ECTOPARASITA

Sistemático: -

Esporádico: 05
Nenhum: 123

▪ **PRINCIPAIS DOENÇAS**

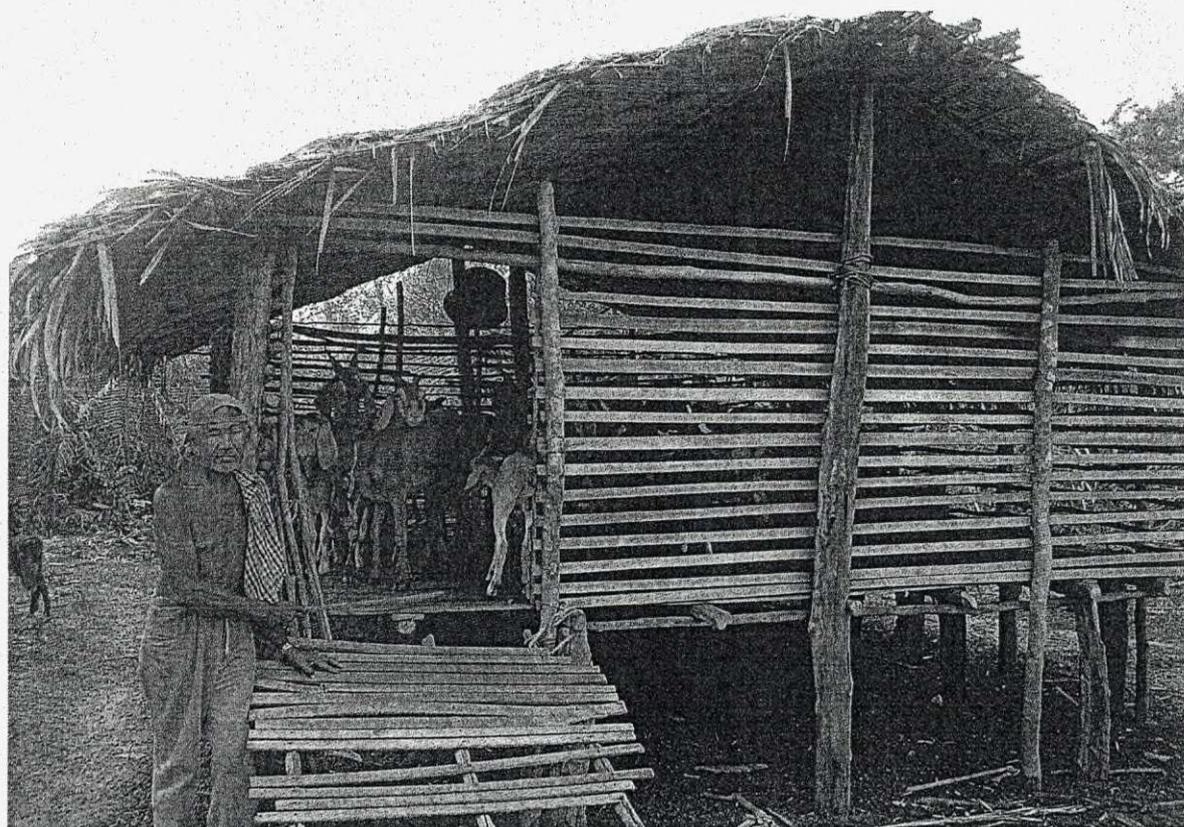
Pododermatite: 115

Linfadinite: 08

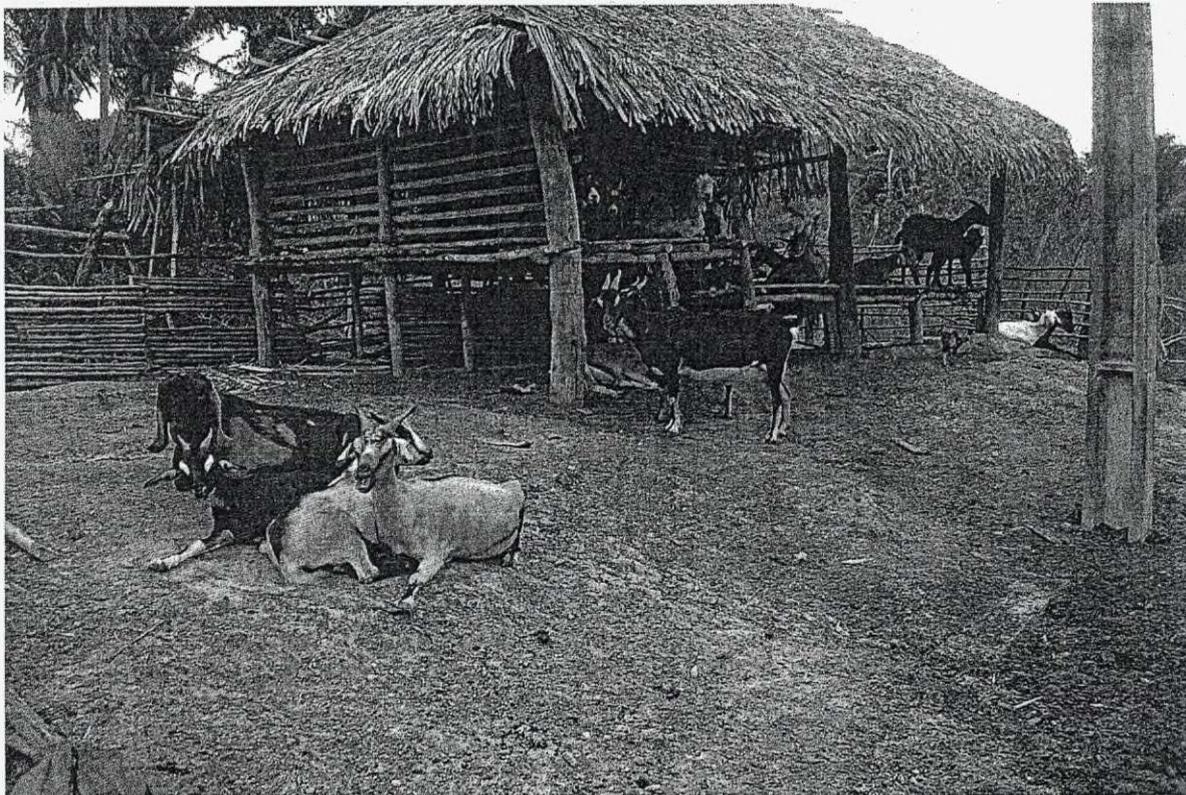
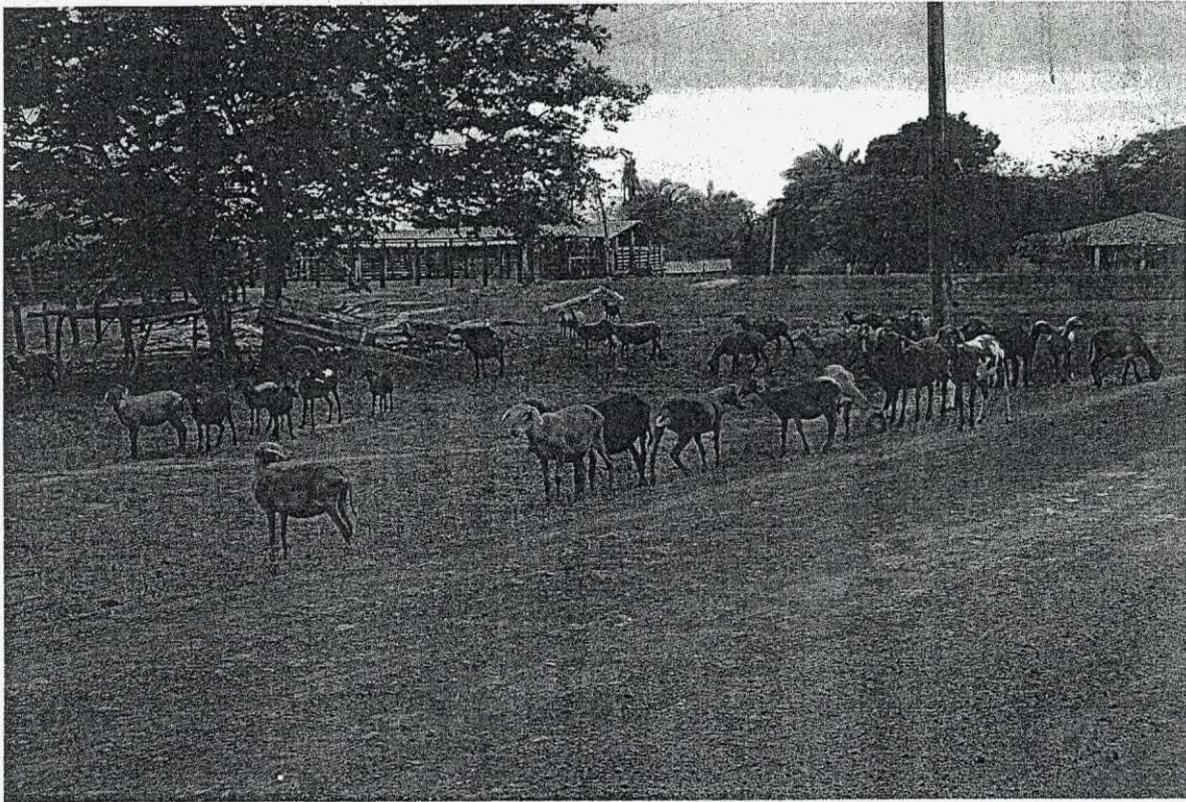
Raiva: 03

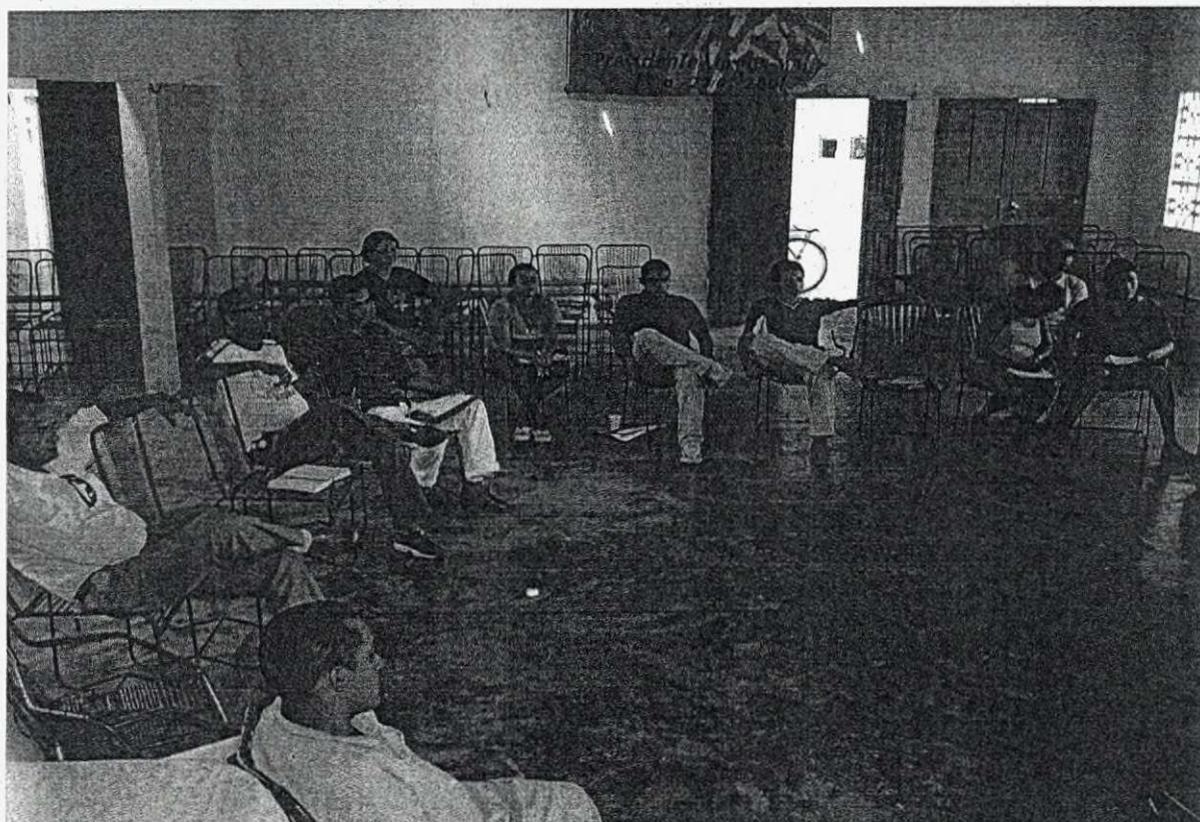
Diarréia em animais jovens: 05

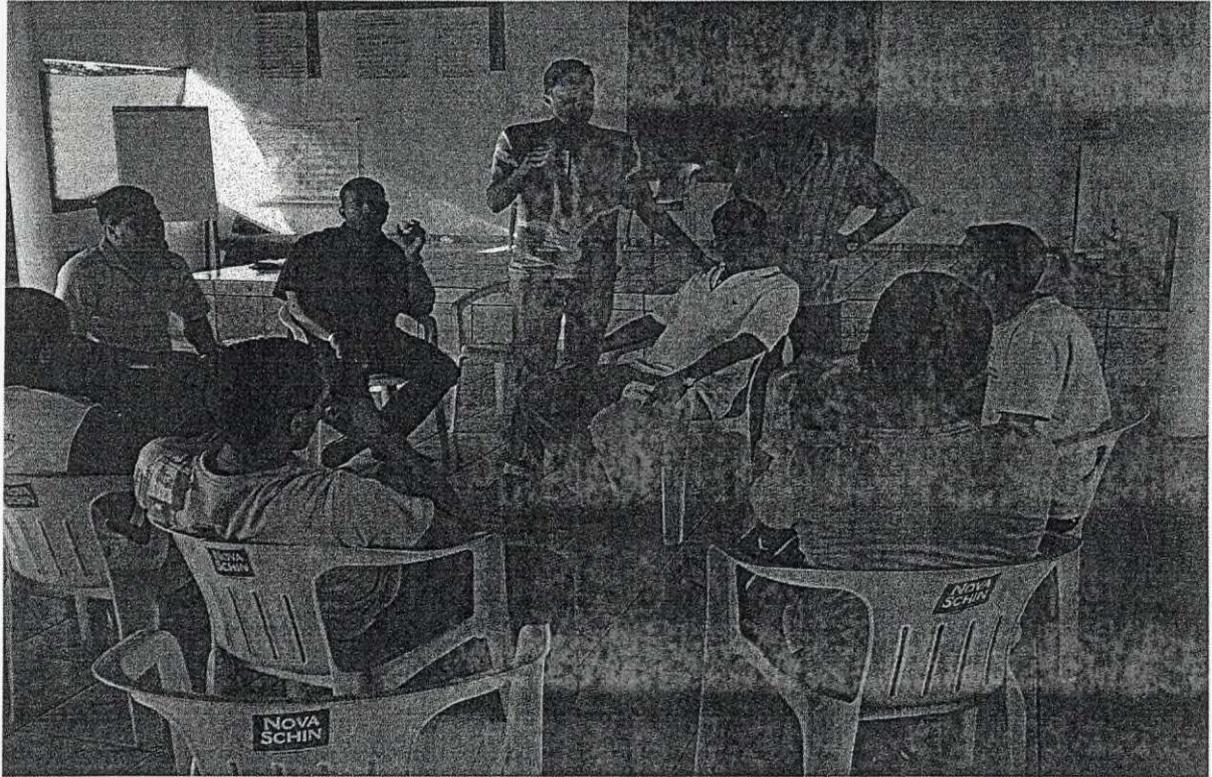
Apendice J. Criador



Apendice K. Tipos de cabritos



Apendice I. Reunião de participantes da pesquisa



ANEXOS

Anexo A. Eixos xxxxxx

EIXO: AGRICULTURA

Programa: Acesso a Terra

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Desapropriação / Compra/ Regularização de posses de terras para agricultores familiares	Agricultores familiares sem terra	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar terra para a agricultores familiares sem terra.

Programa: Dinamização das Culturas Tradicionais (mandioca, milho, arroz e feijão)

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Melhoria do cultivo e aproveitamento integral da mandioca	Agricultores familiares do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produção, a produtividade e a qualidade da farinha e subprodutos da mandioca
Incremento das culturas de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca)	Agricultores familiares do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar os sistemas tradicionais de cultivo para o incremento da

		produção e produtividade
--	--	--------------------------

Programa: Horticultura

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Incentivo a implantação de hortas nos quintais e escolas	Alunos das escolas, professores, família dos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar a produção; Incentivar o consumo de hortaliças; Criar alternativas de renda para as famílias
Implantação de hortas medicinais nas escolas	Alunos das escolas públicas, e seus familiares	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar as famílias para a importância da fitoterapia;

Programa: Fruticultura

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Melhoria das frutíferas nos quintais	Famílias dos agricultores	Diversificar a produção, disponibilizar alimentos para a família e gerar alternativas de renda
Implantação de bancos de sementes e mudas	Agricultores familiares, público dos projetos anteriores	Disponibilizar aos produtores do Território sementes e mudas de qualidade e resgatar as sementes nativas da região.
Beneficiamento de frutas regionais	Mulheres e jovens rurais	Gerar trabalho e renda às mulheres e jovens rurais

EIXO: PECUÁRIA

Programa: Melhoramento da Criação dos Rebanhos Existentes (caprino, ovino, bovino, aves e suínos) e Consolidação de Novas Atividades.

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Implantação de pólos de criação de caprinos	Agricultores familiares que já desenvolvem a atividade	Consolidar a atividade no Território e dispor de

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
		materia-prima para o abatedouro territorial
Implantação de pólos de criação de aves	Mulheres e jovens rurais	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a alimentação familiar e gerar renda para as famílias rurais; Aperfeiçoar os sistemas tradicionais de criação.
Melhoramento do rebanho de suínos	Agricultores familiares que já desenvolvem a atividade	Resgatar a atividade como fonte de alimentos e renda e dispor matéria-prima para o abatedouro do Território.
Melhoramento do sistema de criação do rebanho bovino	Agricultores familiares que já desenvolvem a atividade	Aumentar a produtividade dos rebanhos; Gerar matéria-prima para o abatedouro do território.
Incentivo a Apicultura	Agricultores que apresentarem potencial e interesse em desenvolver a atividade.	Incentivar o desenvolvimento de atividade geradora de renda.

Programa: Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Sustentabilidade da pesca artesanal.	Produtores que desenvolvem a atividade	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições para que a atividade torne-se economicamente viável; Organizar os pescadores para que busquem melhores condições de trabalho
Incentivo a piscicultura.	Produtores que apresentam potencial para desenvolver a atividade	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar aos produtores uma atividade geradora de renda;

EIXO: EXTRATIVISMO

Programa: Aproveitamento Racional das Frutas Nativas e Aproveitamento Integral do Babaçu

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivo
------------------------------	----------------------	-----------------

Implantação de agroindústrias para exploração do coco babaçu	Mulheres quebradeiras de coco babaçu	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento da renda familiar com a diversificação dos subprodutos originários do babaçu
Industrialização e comercialização de frutas nativas	Mulheres e jovens rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o incremento de uma atividade capaz de gerar renda para as famílias de agricultores familiares

EIXO: INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE A PRODUÇÃO

Programa: Melhoria e Ampliação de Infra-estrutura para Produção e Comercialização

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivo
Estradas	Agricultores familiares e toda população do entorno	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias; • Facilitar as atividades dos agricultores familiares
Eletrificação Rural	Agricultores familiares e população do entorno	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares; • Disponibilizar energia elétrica para as atividades produtivas
Abatedouros Municipais	Agricultores familiares e população em geral.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar aos agricultores familiares locais apropriados para o abate de animais; • Disponibilizar à população

		produtos mais saudáveis
Sistemas de Abastecimento d'água	Agricultores familiares	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar água para o consumo humano e agricultura

EIXO: COMERCIALIZAÇÃO

Programa: Fortalecimento da Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivo
Organização dos produtores para a comercialização	Agricultores familiares do território.	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer o processo de comercialização dos agricultores familiares, gerando maior renda para as famílias.
Implantação de Feiras Livres	Agricultores familiares e população em geral	<ul style="list-style-type: none"> Comercializar os produtos oriundos da agricultura familiar no Território

EIXO: AGROINDÚSTRIAS

Programa: Beneficiamento dos Produtos Agropecuários e Extrativistas

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivo
Dinamização da agroindustrialização dos produtos agropecuários e extrativistas.	Agricultores familiares.	<ul style="list-style-type: none"> Agregação de valor aos produtos; Aproveitamento da produção.

EIXO: TURISMO

Programa: Fortalecimento das Atividades Turísticas

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivo
Dinamização do turismo de eventos, religioso e rural.	Empreendedores do turismo	Fomentar as atividades turísticas no território na perspectiva de geração de trabalho e renda.

Dimensão Ambiental

EIXO: RECURSOS NATURAIS

Programa: Recuperação e Preservação dos Ecossistemas

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Educação Ambiental	Agricultores familiares e população em geral	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar a população em geral sobre os cuidados com o meio ambiente
Recomposição de áreas degradadas	Agricultores Familiares e população em geral	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar a população da importância dos recursos hídricos, solo, vegetação e da fauna, favorecendo o equilíbrio ambiental.
Reciclagem de resíduos sólidos e orgânicos.	Agricultores Familiares e população em geral	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida da população, através da destinação adequada do lixo.

Dimensão: Sociocultural

EIXO: EDUCAÇÃO

Programa: Melhoria da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Média)

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Implantação do Ensino Médio ns Áreas Rurais	Jovens e adultos residentes na área rural	Garantir o acesso ao ensino médio para a população rural; Proporcionar aos jovens e adultos formação profissional que os insiram no mercado de trabalho e contribuam para o desenvolvimento da sociedade local.

Implantação de Centro de Educação Profissionalizante para Jovens e Adultos	Jovens e adultos residentes no território	Viabilizar o acesso a capacitação e ensino profissionalizante, voltados para a realidade rural para jovens e adultos do território; Proporcionar aos jovens e adultos habilidades profissionais que os insiram no mercado de trabalho e contribuam para o desenvolvimento da sociedade local.
Ampliação do Ensino Baseado na Pedagogia da Alternância e ou Similares	Estudantes do ensino fundamental residentes no território	Proporcionar aos jovens da área rural uma educação diferenciada e comprometida com desenvolvimentos sustentável do campo; Garantir a permanência dos jovens no campo de forma sustentável.
Combate ao Analfabetismo	População de jovens e adultos não alfabetizados residentes no território,	Diminuir o índice de analfabetismo (absolutos e funcionais) da população de jovens e adultos; Proporcionar condições de aprendizagem para a população de jovens e adultos, proporcionando uma melhor integração a sociedade.

EIXO: SAÚDE

Programa: Saneamento Básico

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Implantação de Sistema de Abastecimento d'água (poços tubulares e cacimão) com Redes de Distribuição	População residente no território.	Viabilizar para as famílias acesso a água potável, contribuindo na redução de doenças e consequentemente melhorando as condições de saúde da população.
Implantação de Infra-estrutura de Saneamento (Rede de Esgoto e Fossas sépticas)	População residente no território.	Viabilizar infra-estrutura de rede coletora de esgoto com tratamento e fossas sépticas para as famílias, contribuindo na redução

		de doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico.
--	--	---

Programa: Fortalecimento da Saúde Preventiva

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Ações Educativas em Saúde	População residente no território.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de saúde da população com ações preventivas, visando uma melhor qualidade de vida; • Realização de campanhas educativas de prevenção de doenças e hábitos adequados de higiene e alimentação.
Implantação / Ampliação / Aperfeiçoamento dos Programas de Saúde Preventiva	População residente no território.	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir uma maior eficiência, eficácia e efetividade dos programas de saúde, com ampliação do número de pessoas atendidas e tipos de programas no território.

Programa: Efetividade dos Serviços de Saúde Curativa

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Melhoria / Ampliação, da Infra-estrutura e Serviços de Atendimento Hospitalar e Odontológico Existente.	População residente no território.	<p>Proporcionar à população do território um melhor atendimento médico-hospitalar e odontológico;</p> <p>Melhoria da qualidade de vida da população.</p>
Implantação / Adequação de Hospital de Referência Regional	População residente no território.	Proporcionar a população do território acesso a atendimento médico-

		hospitalar de qualidade através da implantação de um hospital de referência regional.
--	--	---

Dimensão: Político Institucional

EIXO: INSTITUCIONALIDADE PÚBLICA

Programa: Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão Pública

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Sensibilização dos Gestores Municipais para o Desenvolvimento Sustentável	Poder Executivo e população em geral.	<ul style="list-style-type: none"> • Maior agilidade das ações administrativas da Prefeitura; • Desenvolvimento dos programas de governo e políticas públicas existentes no município de forma eficiente.
Reestruturação das Secretarias Municipais	População residente nos municípios.	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar as secretarias municipais de condições básicas para realização das atividades, garantindo uma maior satisfação da população; • Desenvolvimento dos programas de governo e políticas públicas existentes no município de forma eficiente.

EIXO: INSTITUCIONALIDADE DA SOCIEDADE CIVIL

Programa: Melhoria das Organizações Sociais

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Capacitação das Organizações da Sociedade Civil	Membros das Organizações da Sociedade Civil existentes no território	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as organizações existentes para que a sociedade civil organizada possa atuar de forma mais qualificada, com vistas ao desenvolvimento sustentável do

		território.
Legalização e Estruturação Física das Organizações da Sociedade Civil	Organizações da Sociedade Civil existentes no território	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar as Organizações da Sociedade civil de condições básicas para realização das atividades, garantindo uma maior eficiência, eficácia e efetividade nas suas ações.

EIXO: GESTÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa: Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável

Projetos Prioritários	Beneficiários	Objetivos
Reestruturação dos Conselhos Municipais	Conselheiros (as) Municipais	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o desenvolvimento institucional do município através da participação efetiva da sociedade organizada na gestão das políticas públicas.
Institucionalização e Estruturação da CIAT	Membros da CIAT e público-alvo dos projetos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a CIAT de condições operacionais para realizar um trabalho efetivo com vistas ao desenvolvimento territorial de forma sustentável.